

EXCLUSIVO APÓS UMA "TEMPESTADE PERFEITA" CAUSAR A SANGRIA DOS CORREIOS, UM PLANO BILIONÁRIO PROMETE REINVENTAR A ESTATAL

DESERTIFICAÇÃO O SERTANEJO SE ADAPTA AO CLIMA ÁRIDO, QUE AVANÇA SOBRE UMA ÁREA NO NORDESTE DO TAMANHO DA GRANDE SALVADOR

CartaCapital



cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1385
R\$ 31,90
29 DE OUTUBRO DE 2025



basset
editora

ANUNCIAÇÃO

COM A PROVÁVEL NOMEAÇÃO DE JORGE MESSIAS PARA O SUPREMO, LULA VOLTA A ACENAR PARA O ELEITORADO EVANGÉLICO, O MAIS REFRATÁRIO AO SEU GOVERNO

ines249

A woman with dark hair tied back, wearing clear safety glasses and an orange headset, stands with her arms crossed in a warehouse setting. She is wearing a light pink polo shirt and blue jeans. The background shows blurred warehouse shelves. A large yellow diamond shape is overlaid on the image.

**O BRASIL É UM PAÍS
FORTE E
INDEPENDENTE**

PLANO BRASIL SOBERANO

O Plano Brasil Soberano fortalece
a economia, impulsiona quem
produz e protege quem trabalha.

Com R\$ 40 bilhões em linhas
de crédito acessível, estímulo
às exportações e novos acordos,
o país cresce com independência,
oportunidades e união.
É o Brasil do lado dos brasileiros.

GOVERNO DO



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Em plena vigência do AI-5, Moraes condenou a União pelo assassinato de Vlado, ocorrido há 50 anos. Pág. 22



6 A SEMANA

9 FRED MELO PAIVA

Seu País

16 NORDESTE A desertificação alcança área do tamanho da Grande Salvador

20 CORREIOS O governo prepara plano bilionário para reinventar a estatal

22 DITADURA Sem memória e justiça, o horror repete-se, alerta juiz do caso Herzog

25 PEDRO SERRANO

26 SAÚDE Encontro global discute a inclusão da medicina tradicional aos sistemas públicos

Capa: Pilar Velloso e iStockphoto

29 MARIA RITA KEHL

Economia

30 REFORMA ADMINISTRATIVA A proposta tem pontos positivos, mas também numerosas armadilhas

34 TECNOLOGIA O Brasil destaca-se na corrida pelos minerais estratégicos

36 DESACELERAÇÃO Frear a economia neste momento é desnecessário e indesejável

38 LUIZ GONZAGA BELLUZZO

39 ADALBERTO VIVIANI

Nosso Mundo

40 AMÉRICA DO SUL Trump escala ameaça de guerra contra a Venezuela

43 JAMIL CHADE

44 EUA O governo atinge os críticos com avalanche de acusações criminais

46 GAZA Israel viola acordo de cessar-fogo, enquanto o Hamas caça “traidores”

10 O MESSIAS DE LULA COM A PROVÁVEL INDICAÇÃO DO CHEFE DA AGU AO SUPREMO, LULA ACENA AOS EVANGÉLICOS

Plural

48 MODOS DE PARTIR

UM CONJUNTO DE LIVROS E FILMES RECENTES PROCURA ENFRENTAR O DEBATE ÉTICO ENTRE A SACRALIDADE DA VIDA E A QUALIDADE DO VIVER

52 CULTURA POPULAR A luta pela preservação do Congado **54 LITERATURA** *Rio dos Deuses* narra a expedição em busca da nascente do Nilo **56 AFONSIÑO** **57 SAÚDE** *Por Drauzio Varella* **58 CHARGE** *Por Venes Caitano*

basset

editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello

GERENTE COMERCIAL: Rosana Luiz Diniz

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Edicase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto,

(71) 9617-8800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoauréliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S.
Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010
www.actualsc.com, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



BILHETE PREMIADO

Sinceramente, prefiro um alinhamento com a China, que ao menos não adota uma postura predatória em relação ao Brasil. Se reeleito, Lula ficará no poder até 2030. E depois, quem vai nos proteger da cobiça dos EUA?
Marcelly Sanches

O TÉCNICO ESCALA

Não queremos um conservador moderado no STF, Lula. Deixe as mulheres, que sempre o apoiaram, ter um pouco de voz e poder.
Debora Rezende de Almeida

Não precisamos de outro evangélico conservador. Precisamos de uma mulher progressista!
Larissa Cavalcante

Passando para lembrar aos críticos que, mesmo sendo indicado pelo presidente Lula, o novo ministro do STF precisa ser aprovado pelo Senado. Não dá para negar a realidade política do País.
Chiquinho Fernandes

Não quero um identitário no STF, e sim alguém que vote a favor do trabalhador. Cármen Lúcia sempre vota contra, e a turma passa pano!
Ricardo Gergi

ESCOLA GENTRIFICADA

Escola de período estendido não é educação integral. Isso é inviável em unidades com mais de 15 turmas, um único laboratório, um refeitório

minúsculo, uma quadra esportiva sem chuveiros, uma sala de informática com 20 computadores para 40 alunos, sem teatro, sem piscina, sem local adequado para descanso... Da forma como está sendo feito, é um lindo projeto para acabar com a escola pública.

Verônica Petenatti

Não existe educação integral como foi proposta por Anísio Teixeira. O que temos hoje são escolas que apenas oferecem uma carga horária maior, para suprir a necessidade dos pais que precisam de um lugar para deixar seus filhos enquanto trabalham. Verdadeiras experiências de educação integral incluem uma grade curricular com atividades diversificadas e de qualidade. Manter crianças e adolescentes confinados por oito ou dez horas em um espaço sem estrutura não garante qualidade, nem de ensino nem de aprendizagem.
Patrícia Engracia Ribeiro

Sou professor no Ceará e posso dizer com segurança: a escola em tempo integral é uma falácia. Estamos falando de depósito de seres humanos em espaços fechados, sem um mínimo de estrutura. Esse modelo só aumentará a evasão, porque ninguém aguenta um sistema prisional vendido como escola.
Émerson Cardoso

ERRATA

Na reportagem “Clima hostil”, publicada na edição 1384, informamos incorretamente que uma pesquisa da ANA apontava queda de 56,3% na produção agroecológica e perda de 48,1% de alimentos. Na verdade, os percentuais referem-se à percepção dos agricultores que atuam nessas experiências de cultivo. Mais da metade dos entrevistados relatou redução na produção em decorrência de eventos climáticos extremos, e 48,1% mencionaram perdas. O texto já foi corrigido na versão online.

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Quase escapa um

A Primeira Turma do STF decidiu reabrir a investigação contra Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL, por envolvimento na tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. A maioria do colegiado seguiu o entendimento do ministro Alexandre de Moraes, apenas Luiz Fux votou contra. Valdemar chegou a ser indiciado pela Polícia Federal, mas a Procuradoria-Geral da República optou por não apresentar denúncia. Segundo as investigações, ele teria financiado iniciativas para desacreditar a integridade das urnas eletrônicas e patrocinou pedidos de recontagem de votos no segundo turno, sem apresentar qualquer prova de irregularidade.

Governo/ De olho nas ruas

Lula anuncia Boulos como ministro da Secretaria-Geral da Presidência



O deputado puxou os primeiros atos após o tarifaço de Trump

A recente aprovação do projeto que isenta do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais por mês parece ter despertado, no governo, a percepção de que, sem pressão popular, não há avanço possível. A medida só avançou na Câmara após a campanha que expôs os privilégios fiscais dos super-ricos e os protestos intensos contra a PEC da Blindagem e a anistia aos golpistas. Com a imagem desgastada, os parlamentares foram forçados a oferecer uma resposta à sociedade, aliviando o bolso dos trabalhadores. Ao nomear o deputado Guilherme Boulos (PSOL) para a Secretaria-Geral da Presidência, responsável pelo diálogo com os movimentos sociais, o presidente Lula demonstra estar ciente da importância de manter a mobilização popular.

Líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Boulos organizou as primeiras manifestações de rua após o tarifaço de Trump, em defesa da soberania nacional, pela isenção do IR e pelo fim da escala 6x1. “Foi a primeira vez que a esquerda saiu da defensiva, de forma consistente, durante o go-

verno Lula”, avaliou o deputado à época, em entrevista a *CartaCapital*. Após a nomeação, o novo ministro definiu seu papel em uma publicação nas redes sociais: “Meu principal desafio será ajudar a colocar o governo na rua, levando as realizações e ouvindo as demandas populares em todos os estados do Brasil. Minha grande escola de vida e de luta foi o movimento social brasileiro, e levarei esse aprendizado agora ao Planalto”.

A participação de Boulos nas eleições de 2026 ainda é incerta. Preocupado com a cláusula de barreira, o PSOL planejava lançá-lo candidato a deputado federal – cargo para o qual foi eleito em 2022 com mais de 1 milhão de votos, ajudando a eleger outros três parlamentares do partido. Em julho, ele confidenciou a *CartaCapital* o desejo de disputar o Senado, especialmente porque duas vagas estarão em disputa em São Paulo, aumentando as chances de o campo progressista eleger ao menos um senador. No entanto, para concorrer, Boulos terá de se afastar do governo em abril, apenas seis meses após sua nomeação como ministro por Lula. A decisão sobre o caminho a seguir ainda não foi tomada.

Petróleo/ Às vésperas da COP30

O Ibama concede licença para a Petrobras perfurar poço na bacia da Foz do Amazonas

Após quase cinco anos de embates, a Petrobras obteve autorização do Ibama para perfurar um poço exploratório em águas profundas na bacia da Foz do Amazonas, localizado a 175 quilômetros da costa do Amapá. Ao anunciar a decisão na segunda-feira 20, a estatal informou que a operação começará de forma imediata e deve durar cerca de cinco meses – período em que estará em curso a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Belém. Enquanto empresas do setor celebram a liberação, ambientalistas veem na decisão um golpe da indústria de combustíveis fósseis às vésperas da COP30.

Segundo o Plano de Negócios 2025–2029 da companhia, estão previstos 15 poços na Margem Equatorial, oito deles na bacia da Foz. Os investimentos são estimados em mais de 3 bilhões de dólares. Desta vez, o Mi-



“Houve um rigoroso processo de análise ambiental”, afirma a pasta de Marina Silva

nistério do Meio Ambiente, chefiado por Marina Silva, avalizou a decisão, destacando que a licença decorre de “um rigoroso processo de análise ambiental” conduzido pelo Ibama. A pasta disse ainda que o órgão exigiu aprimoramentos no projeto, especialmente nas medidas de resposta a emergências, para garantir maior segurança nas perfurações.

Louvre saqueado

O Museu do Louvre, em Paris, foi alvo de um audacioso assalto à luz do dia no domingo 19. Antes de fugir em scooters, os criminosos usaram um elevador de carga para acessar a Galeria de Apolo, onde estavam expostas joias históricas da monarquia francesa. Em menos de oito minutos, levaram oito peças, entre elas a coroa da imperatriz Eugênia, esposa de Napoleão 3º, que foi recuperada danificada em uma rua próxima ao local. As joias incluem tiaras, colares e brincos das rainhas Maria Amélia e Hortênsia, além da imperatriz Maria Luísa. Segundo a promotora Laure Beccuau, o prejuízo é estimado em 88 milhões de euros, um valor “extremamente impressionante”, mas que “não é de forma alguma paralelo aos danos históricos”.

STF/ GUARDEM O ESPUMANTE

FUX PEDE DEVOLUÇÃO DO SEU VOTO E RETARDA A PRISÃO DE BOLSONARO

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, pediu a devolução de seu voto no julgamento da ação penal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro para fazer “ajustes gramaticais”. Embora já tivesse liberado o texto para a elaboração do acórdão, ele solicitou a revisão na última sema-

na, o que deve atrasar a publicação do documento oficial com o resultado final.

Com 429 páginas, o voto de Fux foi o último entregue à Secretaria Judiciária, responsável por compilar e revisar o acórdão. Esse pedido implica que o processo recursal será adiado. Sem a publicação do documen-

to, as defesas ficam impossibilitadas de apresentar recursos, o que também posterga a prisão definitiva dos condenados. Com a manobra do único juiz que votou pela absolvição, Bolsonaro talvez consiga comer o peru de Natal em casa, mas nada garante que escapará da queima de fogos na Papuda.



O ministro alega ser preciso fazer “ajustes gramaticais”

A Semana

Eleição de bandeja

Azarão no primeiro turno, Rodrigo Paz voltou a surpreender na etapa decisiva das eleições e foi eleito presidente da Bolívia. No domingo 19, o senador derrotou o veterano Jorge "Tuto" Quiroga, que governou o país entre 2001 e 2002. Candidato do Partido Democrata-Cristão, de centro-direita, foi favorecido pelo racha na esquerda boliviana. Impedido de disputar nova reeleição, Evo Morales foi excluído da corrida presidencial, e seus seguidores promoveram campanha pelo voto nulo, em vez de apoiar outro nome do campo popular. Resultado: dois conservadores avançaram ao segundo turno, e Paz selou a vitória em redutos eleitorais de Morales.



Japão/ Dama de ferro

Primeira mulher a comandar o país, Sanae Takaichi inspira-se na britânica Margaret Thatcher

Na juventude, Sanae Takaichi pilotava motos e tocava bateria em uma banda de rock universitária. Em 1993, ao se eleger deputada pela primeira vez, deixou para trás sua Kawasaki Z400GP e trocou os shows de *heavy metal* por ensaios domésticos. Hoje, aos 64 anos, diversificou os interesses. Continua fã de Iron Maiden, a banda londrina, e também se declara admiradora da *Iron Lady*, como ficou conhecida Margaret Thatcher, que governou o Reino Unido com punhos de ferro de 1979 a 1990. Eleita primeira-ministra do Japão na terça-feira 21, Takaichi apresenta a líder britânica, falecida em 2013,

como inspiração para comandar o país.

Primeira mulher a assumir o governo japonês, ela teve sua nomeação confirmada com 237 dos 465 votos na Câmara dos Representantes, onde a presença feminina é inferior a 16%. À frente do governista Partido Liberal-Democrata, está longe de ser uma líder feminista: chegou a apoiar a manutenção da lei que obriga mulheres a adotar o sobrenome do marido. Apesar de ter prometido um governo com “padrões nórdicos” de equidade de gênero, nomeou apenas duas ministras em um gabinete de 19 integrantes.

Nacionalista e conservadora, Takaichi chegou ao poder após a renúncia do ex-premier Shigeru Ishiba, em setembro, quando seu partido perdeu a maioria parlamentar nas eleições. Uma de suas principais promessas é restringir o fluxo migratório para o país. Apesar de admirar Thatcher, conhecida pelo rigor fiscal, ela defende ampliar os gastos públicos para investir em setores estratégicos e impulsionar uma economia cambaleante. O neoliberalismo, ao que parece, é uma bênção – para os outros.

FRED MELO PAIVA

Rolando Lero corrige voto

► **Fux revisa gramática em trolha de mais de 400 páginas. Papuda fica para o Natal. E Trump atira cocô mole em manifestantes**

Olá, estas são as NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO, o semanário de bordo da nossa viagem na maionese! Os flatos que foram notícia no Brasil e no mundo.

PAREM AS MÁQUINAS! FUX PARALISA PROCESSO CONTRA BOZO PARA FAZER “REVISÃO GRAMATICAL” DE SEU VOTO. Rolando Lero pediu a devolução da trolha de 429 páginas para dar um tapa em sua GRAMÁTICA. Né possível.

Sujeito separado de qualquer predicado, o ministro do STF fica condenado a reler o que escreveu e a remendar o Frankenstein em até 60 dias. Papuda, agora, só às vésperas do Natal, estão deixando a gente sonhar!

NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO trabalha para comprar os direitos exclusivos de transmissão da leitura revisada e seu lançamento em DVD com narração de Cid Moreira em IA. A ver. E a ler.

BOMBA! BOMBA! OS ALQUIMISTAS ESTÃO CHEGANDO! Marcos do Val anuncia “VINDADA COMITIVA PARA O BRASIL”. O senador do Podemos, que está em licença médica e usa camisa de força no tornozelo, não especificou se o grupo seria formado por seres humanos ou extraterrestres. “ELES VÃO VIR, SEGURA ESSA, ALEXANDRE, TUTÁ FO-

DIDO”. Segundo o parlamentar, a data de chegada do pessoal não será comunicada, mas “ISSO JÁ FOI A CONDENÇÃO”. Ninguém repercutiu o alerta de Do Val.

ECONOMIA. “ESTAMOS NO COLAPSO FINANCEIRO. A NAÇÃO ESTÁ FALIDA”, disparou a senadora Damares Alves (Republicanos) em evento evangélico no Acre. “Fome, miséria. É MUITO MAIS GRAVE DO QUE VOCÊS PODEM IMAGINAR”, viu o diabo na goiabeira. “A gente se reúne com consultores da área econômica do Senado, e a tristeza tá na cara deles. O BRA-

idosa / Com a Bíblia na mão. Hahahaha! Popcorn sinners! Toca Raul!

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS. AGENTE LARANJA CAGA PARA MANIFESTANTES! O presidente contra os EUA, Donald Trump, obrou sobre manifestantes em vídeo de Inteligência Artificial publicado POR ELE MESMO. Na obra, Trump aparece vestido de rei a pilotar UM CAÇA ATIRADOR DE COCÔ MOLE. Em outra cagada, esta real, libertou o picaretaço George Santos. Filho de brasileiros, o ex-deputado republicano estava preso por fraude e falsidade ideológica.

EM TEMPO! Na terça-feira da semana passada, comemorou-se o Dia Mundial do Careca, cujo lema é “Be Bald and Free Day”, Dia de Ser Careca e Livre. Congratulações a Alexandre de Moraes e o Careca do INSS, personagens ICÔNICOS da pouca telha, unidos pela liberdade de ir e vir. Vai, Xandão! Careca do INSS, você pode esperar.

A propósito, uma reflexão sobre o nosso léxico: por que a palavra ICÔNICO está agora por toda parte, a qualificar desde a arquitetura até bandas de rock, das receitas de comida aos uniformes de futebol? A aposta de NH é que se trata de campanha de pré-lançamento de um cone

da Apple, o iCônico. A ver.

THAT’S ALL, FOLKS! Voltamos a qualquer momento com novas informações. NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO nunca desliga. •

Jornalista, indicado ao Emmy Internacional com a série O Infiltrado. Autor dos livros O Atléticoano Vai ao Paraíso e Bandido Raça Pura.



SIL ESTÁ DOENTE, UM PAÍS NA UTI.”

CULTURA. Cantor, compositor e deputado federal pelo Republicanos, Marcelo Crivella, autor de sucessos como *Perfume Universal* e *Sou Israel*, está na pista com nova canção. *A anistia chegou / E a justiça mais ampla / O batom na estátua / Não apaga a esperança. Uma criança sem mãe / Um vendedor de algodão / E até uma*

O Messias de Lula

COM A PROVÁVEL INDICAÇÃO DO CHEFE DA AGU PARA O SUPREMO, O PRESIDENTE APOSTA EM UMA REAPROXIMAÇÃO COM OS EVANGÉLICOS

por MAURÍCIO THUSWOHL

A “Parábola do Semeador”, narrada nos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, conta a história de um lavrador que espalhou sementes em diferentes tipos de solo. Algumas ficaram pelo caminho e foram devoradas por aves. Outras caíram em terreno pedregoso e até germinaram, mas logo secaram por falta de raízes. Houve também as sufocadas por espinhos. Só as que encontraram terra fértil vingaram e deram frutos. Assim é a palavra do Senhor: só frutifica quando acolhida por corações dispostos a ouvi-la.

É com base nessa sabedoria que Lula tenta construir um novo canal de diálogo com o eleitorado evangélico, um dos segmentos mais refratários ao seu governo. Entre os fiéis, a taxa de desaprovação (61%) ainda supera, com folga, a de aprovação (35%), segundo levantamento do Instituto Quaest divulgado em setembro. O presidente sa-

be: reverter, ainda que parcialmente, esse cenário pode ser decisivo na disputa pela reeleição no ano que vem.

Alguns gestos na direção dos evangélicos vêm sendo feitos pelo governo, pelo PT e pela esquerda em geral desde o início do terceiro mandato de Lula. O mais importante deles deve ser a escolha de Jorge Messias, advogado-geral da União e fiel da Igreja Batista Cristã de Brasília, para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal com a aposentadoria precoce de Luís Roberto Barroso. O anúncio só deve ocorrer na próxima semana, após o retorno do presidente de visitas oficiais à Indonésia e Malásia. Lula já está com “convicção for-

mada”, afirmou à CNN Brasil o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT). “Entendo que ele ainda não tenha oficializado porque faltam algumas conversas para azeitar as indicações.”

Nordestino, jovem, leal ao governo, com sólida formação jurídica, presença forte nas redes sociais e integrante de uma igreja cristã tradicional, Jorge Messias reúne diversos predicados para ocupar uma cadeira no STF – apesar dos apelos de movimentos sociais por maior representatividade racial e de gênero em um tribunal que, em 134 anos, teve apenas três mulheres e nenhuma ministra negra. Sua indicação é vista, porém, como estratégica para reconquistar terreno num setor que se tornou majoritariamente hostil ao petismo. Lula perdeu para Bolsonaro em 11 dos 14 estados com maior proporção de evangélicos, segundo o Censo do IBGE.

O presidente aposta na capacidade de Jorge Messias dialogar não apenas com evangélicos tradicionais, mas também de se aproximar do segmento neopentecostal, majoritariamente ligado ao bolsona-

**ENTRE OS FIÉIS,
A DESAPROVAÇÃO
AO GOVERNO (61%)
É BEM SUPERIOR À
APROVAÇÃO (35%)**



Nordestino e fiel da Igreja Batista, o advogado-geral da União conhece a estrutura do Estado como poucos e tem a confiança do líder petista

REPORTAGEM DE CAPA

rismo. Dois episódios recentes ilustram esse potencial. O primeiro foi o encontro entre Lula e o bispo Samuel Ferreira, líder nacional da Assembleia de Deus Madureira – uma das maiores denominações do País, que apoiou Bolsonaro em 2022. A reunião contou com a presença da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e do deputado Cezinha de Madureira (PSD), e terminou em uma roda de oração. “Oramos a Deus pelo Brasil e por Messias. Dissemos ao presidente que pode contar conosco e que trabalharemos por seu indicado junto ao Senado”, afirmou o parlamentar, antes de arrematar: “Não é por ser de esquerda que a pessoa não é de Deus”.

Nas fileiras bolsonaristas, nem todos demonstram abertura. “Um evangélico de esquerda, sem interlocução, não agrada à Frente Parlamentar Evangélica”, desdenhou o deputado Sóstenes Cavalcante, líder do PL na Câmara. Já os pastores mais estridentes da direita, como Silas Malafaia e RR Soares, têm preferido o silêncio diante da possível indicação ao STF.

No campo evangélico tradicional (e também fora dele), surpreendeu a incommon dobradinha entre Jorge Messias e André Mendonça, ministro do STF indicado por Bolsonaro em 2021, após intensa campanha junto à base religiosa conservadora. O magistrado “terrivelmente evangélico”, ligado à Igreja Presbiteriana e ex-titular da Advocacia-Geral da União, tem procurado colegas da Corte e senadores para afirmar que, entre os nomes cogitados para suceder a Barroso, Messias é seu favorito.

O contato entre o atual e o provável futuro ministro foi facilitado por parlamentares como o deputado Cezinha, ex-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, e o senador Jaques Wagner, para quem Messias já trabalhou como chefe de gabinete. A aproximação começou, porém, quando Mendonça disputava sua vaga no STF, e Messias atuou junto a se-



Alcolumbre prefere Pacheco no STF. Mendonça, o ministro “terrivelmente evangélico” de Bolsonaro, agora faz campanha por Messias, o favorito na sucessão de Barroso



nadores do centro e da esquerda para superar resistências ao bolsonarista. Agora, Mendonça deve retribuir. “Nunca criamos problemas para a indicação de Messias. Temos respeito e carinho por ele, que é um grande jurista. Tenho certeza de que Mendonça ajudará o Messias”, afirma o advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do Grupo Prerrogativas.

Curiosamente, a maior resistência à indicação de Mendonça em 2021 partiu do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), o mesmo que agora se opõe a Messias. Na época, o senador articulava em favor do então procurador-geral da República, Augusto Aras. Desta vez, seu preferido é o também senador Rodrigo Pacheco (PSD). Ainda assim, o marte-



ANTES DE VIAJAR PARA A ÁSIA, LULA COMUNICOU AO PRESIDENTE DO SENADO SOBRE SUA DECISÃO

beneficiar seu estado, Alcolumbre tem especial interesse na liberação da licença.

Recorrendo a um bem-humorado trocadilho, o advogado e procurador de Justiça aposentado Lenio Streck diz que Lula vai “matar dois coelhos com uma ‘messiada’ só”, ao indicar o advogado-geral da União ao STF. “O presidente nomeia um ministro qualificado e alinhado com o governo, e ainda conquista um trunfo na difícil missão de aproximar a esquerda dos evangélicos.” Para Streck, professor de Direito Constitucional na Unisinos e pós-doutor pela Universidade de Lisboa, Messias é um jurista calejado nas disputas institucionais. “Na AGU, Messias mostrou-se uma espécie de camisa 10 do governo. Ministros da Justiça e advogados-gerais levam vantagem por lidarem diretamente com os temas mais sensíveis da República. Messias soma a isso um elemento muito brasileiro: o peso das religiões.”

Deputado federal pelo PSOL, o pastor Henrique Vieira avalia que a indicação de Messias pode acenar aos conservadores, mas não necessariamente à base evangélica como um todo. “É um erro supor que o diálogo com os fiéis se dá apenas pelo conservadorismo,” alerta. “Generalizar esse campo e pensar que dialogar é sempre ceder, e não debater com respeito às diferenças, é um equívoco. É a repetição de uma estratégia fracassada, que depois é apropriada pela direita.”

Para Vieira, o governo não deve limitar-se ao diálogo com grandes lideranças religiosas, mas buscar uma conexão direta com a base evangélica, que é plural e diversa. “Não se trata de um bloco

homogêneo. Pautas socioeconômicas como emprego, renda, isenção do Imposto de Renda e direito à moradia falam diretamente com esse público, que compõe a classe trabalhadora”, afirma. O deputado destaca ainda a importância de evitar a “partidarização dos púlpitos” e elogia a postura de Lula, que tem cobrado da esquerda um diálogo mais amplo com os eleitores cristãos. “Essa atitude tende a gerar respeito entre os fiéis. É um caminho possível de aproximação.”

Nos últimos dias, Lula voltou a comentar a relação política com os evangélicos. Durante um congresso do PCdoB, afirmou que “2026 será um ano sagrado” e que a esquerda precisa “agir de forma diferente” ao dialogar com o segmento. “Os evangélicos não são contra nós – nós é que não sabemos conversar com eles. O erro é nosso. Nos distanciamos do povo. Nossa linguagem e nosso discurso estão muito longe da compreensão de milhões que gostariam de nos ouvir. O desafio é convencer quem ainda não está conosco a caminhar ao nosso lado”, disse.

A ordem no governo e no PT é reconstruir antigas pontes – e erguer novas – com o eleitorado evangélico. A um ano das eleições, quem assume protagonismo nessa missão é a primeira-dama, Janja da Silva. Neste mês, ela participou, em Caruaru, do sétimo encontro promovido pela Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito com mulheres cristãs. Outros já ocorreram em Brasília, Salvador, Manaus e Rio de Janeiro. Católica, Janja destacou em suas redes sociais a “potente troca de experiências” nas reuniões. “Momentos como esse, de escuta e compartilhamento de vivências, encorajam cada uma de nós a seguir de cabeça erguida.”

Coordenadora da Frente e organizadora do primeiro encontro, realizado no Rio, Nilza Valéria Zacarias diz que as mulheres têm recebido bem o diálogo com a primeira-dama. “Elas querem ser ouvidas sobre



lo foi batido a favor de Messias em uma reunião entre Lula e Alcolumbre, na terça-feira 21. Coincidência ou não, na véspera do encontro, o Ibama autorizou a Petrobras a iniciar testes de exploração no bloco FZA-M-59, na Margem Equatorial, a cerca de 500 quilômetros da Foz do Rio Amazonas e a 175 da costa do Amapá. De olho nos *royalties* do petróleo, que podem

REPORTAGEM DE CAPA

O bispo Samuel Ferreira, da Assembleia de Deus, abençoou Lula e prometeu trabalhar pela aprovação do nome de Messias junto ao Senado

o trabalho que realizam em suas igrejas e comunidades, aliviando o sofrimento de quem mais precisa. São elas que acolhem outras mulheres, distribuem alimentos e promovem atividades no contraturno escolar, para afastar crianças das ruas. As conversas têm girado em torno de necessidades concretas, solidariedade e políticas públicas que gerem oportunidades.”

Nilza Zacarias destaca que Janja é uma aliada importante na promoção de políticas públicas. Ela lembra ainda que, nas periferias, cresce o número de mulheres que frequentam igrejas: “Faz todo sentido dialogar com elas. Nenhuma mulher é apenas evangélica. Ela também é mãe, trabalhadora, cuidadora, empreendedora. As igrejas funcionam como espaços de organização social, onde essas diferentes dimensões se encontram”.

Estrela do programa radiofônico *Papo de Crente* e também coordenador da Frente, o pastor Ariovaldo Ramos afirma que os encontros entre mulheres evangélicas e a primeira-dama têm sido positivos, sobretudo por promoverem conhecimento mútuo. Ele ressalta, porém, que o propósito da entidade – defensora do Estado laico – nunca foi estabelecer um canal direto com o governo. “Nosso objetivo é mostrar aos fiéis que as chamadas pautas de esquerda são as que mais se alinham com a mensagem de Cristo. Criamos o programa de rádio, publicamos revistas temáticas com base no estudo bíblico e realizamos encontros para aprofundar esse debate”, explica.

Presente no evento com Janja no Rio, a deputada federal Benedita da Silva (PT) avalia que os encontros aproximam o governo dos evangélicos e ajudam a esclarecer a relação entre fé, cidadania e política. “Um exemplo é a compreensão de que a Declaração Universal dos Direitos Hu-



manos se inspira na Bíblia e nos valores cristãos”, diz. Integrante do núcleo evangélico do partido, a parlamentar reforça que “a fé sem obras é morta” e defende a coerência entre discurso e prática. “A palavra deve estar alinhada à melhora das condições de vida do povo e à soberania nacional. Do contrário, perde o sentido.”

Benedita é uma das apostas de Lula para conquistar o eleitorado evangélico na campanha do próximo ano. O presidente é o principal fiador da sua candidatura ao Senado, um apoio decisivo na disputa interna do PT no Rio. Para a deputada, o diálogo com esse público deve respeitar e valorizar a fé, além de reconhecer que as igrejas são comunidades que oferecem não apenas suporte espiritual, mas também oportunidades de trabalho e assistência aos mais vulneráveis. “O PT precisa mostrar, com dados concretos, as políticas públicas que fortalecem a família e esclarecer que Lula jamais combateu qualquer religião, muito pelo contrário”, afirma, citando iniciativas como a Lei da Liberdade Religiosa e a oficialização do Dia do Evangélico e da Marcha para Jesus. “Esses fatos incontestáveis comprovam que Lula e o PT nunca perseguiram os evangélicos e demonstram que a liberdade religiosa, tão valorizada por nós, só

JANJA E BENEDITA TÊM PARTICIPADO DE ENCONTROS COM MULHERES EVANGÉLICAS

é garantida quando o Estado é laico, conforme determina a Constituição.”

Gleisi Hoffmann foi designada por Lula para ampliar o diálogo com “pastores progressistas” e parlamentares evangélicos de esquerda e centro. A ministra também coordena o esforço de outros ministros com boa relação junto a esse público, como Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Anielle Franco (Igualdade Racial). Nas conversas dos últimos dois meses, Hoffmann recebeu várias propostas e sugestões sobre a postura do governo. Entre as ideias apresentadas ao presidente estão a realização de um encontro nacional com evangélicos e a criação de uma assessoria especial para esse segmento na estrutura governamental. “As demandas estão na mesa”, diz.

No PT, a aproximação com o eleitorado evangélico passa pela Setorial Evangé-

lica e pela Fundação Perseu Abramo. Em maio, a instituição ligada ao partido ofereceu aos militantes o curso “Fé e Democracia para Evangélicos e Evangélicas”, com o objetivo de preparar filiados para dialogar com esse segmento. Para as eleições municipais de 2024, o PT distribuiu uma cartilha orientando seus candidatos em todo o País sobre como se relacionar com os fiéis. O material destacava “o que fazer”, como valorizar a fé e a família, defender a verdade e os direitos humanos, falar sobre liberdade religiosa e ressaltar leis aprovadas pela legenda. Já as orientações sobre “o que não fazer” incluíam críticas a pastores e a cultos, menções a fundamentalismo e citações exageradas da Bíblia.

No que depender da vontade de algumas de suas lideranças, o PT ainda vai ter uma igreja evangélica pentecostal para chamar de sua. Vice-presidente nacional do partido, o prefeito de Maricá, Washington Quaquá, está montando na cidade fluminense a Igreja Jesus Libertador, que, segundo ele, terá uma orientação progressista. Quaquá defende que a disputa da narrativa política no meio evangélico não deve ficar restrita a pastores, muitos deles alinhados ao bolsonarismo. “O PT é um partido do povo e abriga diversas religiões, contando com muitos evangélicos entre seus filiados”, observa. “Precisamos ouvir e organizar a nossa base evangélica.”

O prefeito destaca a afinidade entre o discurso petista e os valores cristãos: “Temos todos os princípios de solidariedade e defesa dos pobres. Somos mais cristãos do que muitos que fazem estardalhaço se dizendo cristãos. Por isso, toda iniciativa de aproximação com as igrejas evangélicas é muito positiva”. Questionado por *CartaCapital* sobre se a “igreja petista” estará funcionando durante as eleições do ano que vem, Quaquá responde: “A Igreja Jesus Libertador já foi criada e está se estruturando. Aguardem”. •



Sóstenes Cavalcante diz que a bancada da bíblia não se anima com um “evangélico de esquerda”



Vidas secas

NORDESTE A desertificação avança sobre 4,2 mil quilômetros quadrados na região, quase o tamanho da Grande Salvador

POR FABÍOLA MENDONÇA, DE CURAÇÁ E ABARÉ (BA)*

José Nilton Pereira trocou a vida agitada da cidade pela tranquilidade do campo. Faz tanto tempo que já nem se lembra o ano em que migrou. Sonhava em se tornar produtor rural, sinônimo de prestígio e influência na região. O que não imaginava era que enfrentaria uma série de adversidades em uma área marcada pela seca característica do Sertão

nordestino, fenômeno agravado, ao longo dos anos, tanto pelo aquecimento global quanto pela degradação antrópica, causada pelo homem. Apesar das dificuldades, ele ainda se esforça para manter algumas tradições antigas, hoje incompatíveis com as condições climáticas do Semiárido, como a criação de mais de uma dezena de bois. A falta de água e a escassez de alimento mostraram que animais

de grande porte são inviáveis para o território, sendo gradualmente substituídos por cabras, bodes e carneiros, como parte de uma estratégia de adaptação e convivência com a realidade local.

“A gente cria porque é tradição. Quando chega a seca e o gado emagrece, pensamos em vender. No período chuvoso, o animal engorda e a gente desiste. O povo encara como um *hobby*, cria porque acha bo-



Adaptação. José Nilton Pereira ainda mantém a tradição de criar gado. Nestor Rodrigues trocou os bois por bodes e ovelhas. “Consomem menos água”, justifica



DANILO DE SOUZA SANTOS

nito, dentro do que consegue manter. Não é mais como antigamente”, admite Pereira, morador do Frade, comunidade tradicional de fundo de pasto em Curaçá, no interior da Bahia. Localizada no Sertão do São Francisco, a 550 quilômetros de Salvador, a cidade está inserida no que pesquisadores chamam de “mancha árida”, área que abrange cinco municípios baianos em processo de desertificação. Nesta época do ano, as temperaturas passam dos 35° C, com sensação térmica próxima dos 40° C. Em 2025, só choveu em janeiro. Desde então, a seca domina, transformando a Catinga, vegetação típica do Semiárido, numa floresta cinzenta e ressecada. À primeira vista, as árvores retorcidas, com galhos secos virados para o alto, como raízes invertidas, parecem mortas. Mas não estão. Ao menor sinal de chuva, voltam a esverdear, e com elas renasce a esperança dos que vivem e resistem ali.

Uma pesquisa publicada, ano passado, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) identificou que uma área de quase 6 mil quilômetros quadrados do Nordeste teria migrado da categoria climática semiárida para árida, envolvendo municípios do Norte da Bahia até o Sul de Pernambuco. Esse dado, no entanto, foi atualizado recentemente, retirando a parte pernambucana da mancha árida. Mesmo assim, a desertificação estende-se por 4,2 mil quilômetros quadrados, quase o mesmo tamanho da Região Metropolitana de Salvador (4,3 mil quilômetros quadrados). Além de Curaçá, constam na relação Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas, todos baianos.

Segundo a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, o fenômeno é medido a partir do índice de aridez, calculado pela relação entre a precipitação (chuva) e a evapotranspira-

Seu País

Memórias. A agricultura não é mais tão produtiva como no passado, observa Maria Ronilde. Alessandro Tuxi também se recorda de uma infância menos árida

ção (perda de água para a atmosfera). Entre 0,05 e 0,2 já pode ser considerado clima árido, estágio identificado na Bahia, que atingiu a marca de 0,18. A margem que vai de 0,2 a 0,5 é característica do semiárido, comum em toda a região da Caatinga nordestina e em parte do Espírito Santo e Minas Gerais.

“Na desertificação, a superfície resseca e se impermeabiliza, impedindo a infiltração da água. A vegetação perde vigor, a atmosfera aquece, as chuvas diminuem e até os lençóis freáticos recuam. Os rios passam a ser intermitentes e, com frequência, as pessoas acabam abandonando essas áreas. O processo começa com a degradação ambiental: o solo perde sua capacidade produtiva, gerando impactos econômicos, hídricos e sociais”, explica Aldrin Pérez, pesquisador do Instituto Nacional do Semiárido e representante brasileiro na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Ele cita uma pesquisa recente que aponta a Caatinga como alternativa concreta para enfrentar a crise climática.

“A Caatinga sequestra carbono como nenhuma outra floresta, mesmo nos períodos mais secos. A cada chuva, galhos, folhas e raízes são transformados em gramas de carbono. Metade disso é retido no solo e o restante liberado na atmosfera, nenhum outro bioma tem essa eficiência”, observa o pesquisador. “Ela tem um tempo de dormência e outro de explosão verde. Estamos falando do semiárido mais chuvoso e populoso do planeta, com uma diversidade impressionante de povos indígenas quilombolas e comunidades tradicionais”, acrescenta Cícero Félix, da Coordenação da Articulação do Semiárido (ASA). “Quando conseguimos apre-



sentar um programa de convivência com a região, colocamos o Semiárido no mapa político do Brasil, porque até então só se falava do ‘polígono da seca’.”

Para identificar mudanças no clima, o Inpe e o Cemaden analisaram dados dos últimos 60 anos, comparando o índice de aridez em blocos de 30 em 30 anos. Ao contrário do que muitos pensam, a desertificação não transforma uma região árida em deserto, cujo clima é hiperárido e apresenta índice de aridez inferior a 0,05. Essa mudança de categoria climática no interior da Bahia é abstrata e pouco perceptível para quem vive nos muni-

cípios afetados, acostumados historicamente a conviver com a seca.

“O que é árido e o que é semiárido?”, indaga Pereira. “A gente não sabe o que é isso, não. A vida aqui sempre foi difícil, mas a gente tem de enfrentá-la, com a ajuda de Deus.” Ana Paula Cunha, pesquisadora do Cemaden e uma das autoras do estudo, explica que essas transformações não são perceptíveis em períodos curtos. “São mudanças que levam décadas, não é algo que se note de um ano para o outro. O que mais se sente é o aumento da temperatura, em comparação com 40, 50 ou 60 anos atrás. O ecossistema e o ser humano acabam se adaptando a isso”, afirma.

Assim como Pereira, Seu Nestor Rodrigues também vive na comunidade do Frade. Quando criança, gostava de ver o pai e o avô pastoreando o gado. Naquela época, há mais de 60 anos, a escassez de água e alimento era menor. “Lembro que, ainda menino, eles levavam os bois até as fontes. E tinha vegetação às margens do riacho, que servia de pasto. Com o tempo e com o verão puxado, tudo mudou: os bois tinham de ser carregados para não morrer, de tão magros. Hoje, ninguém mais consegue sustentar o gado”, recorda. Depois da morte do pai, Nestor trocou os bois por bodes e ovelhas. “O gado precisa de muita água e comida. A gente perdeu muito. O que restou, vendi. Prefiro as ovelhinhas.”

Luís Piritiba, agrônomo do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), explica que o aumento da temperatura alterou diretamente o modo de vida no Semiárido, forçando tanto os habitantes quanto o ecossistema a se adaptarem. Entre as mudanças, destaca-se a substituição da criação de gado pela caprinovinocultura. “Hoje, a principal atividade nas comunidades é a criação extensiva de animais de pequeno porte, com uso da Caatinga como pasto nativo. Essas populações se organizaram coletivamente a partir dessas relações entre criação e produção de alimentos”, afirma.

Ele acrescenta que o acesso a tecnologias sociais, como cisternas para captação de água da chuva, torna esse modo de vida sustentável, com condições reais de produção e permanência no local. “Sem políticas públicas, a vida nessas comunidades torna-se muito mais difícil.”

No aldeamento Tuxi, em Abaré, as mudanças climáticas já impactam os rituais ancestrais. “Antes, o plantio seguia o tempo da lua, com meses certos para cada cultura. Hoje, o clima mudou e as chuvas não têm mais o mesmo ritmo. Plantávamos feijão, arroz, mandioca, batata, milho. Agora, não se planta mais nada disso”, lamenta o cacique Alcindo.

Dona Maria Ronilde, viúva do pajé e com 64 anos, também conheceu um clima menos seco e uma agricultura mais produtiva, mas prefere o cenário atual, após a chegada das tecnologias sociais, que melhoraram a qualidade de vida na região. “Antes era tudo mais difícil. A gente andava quase meia légua com uma lata na cabeça para pegar água na cabacinha. Tinha de cavar buraco para encontrar um golinho d’água, porque não havia encanamento. Às vezes, a água vinha num jegue. Hoje, temos a tranquilidade das cisternas,

Cinco municípios baianos já possuem clima árido, segundo pesquisadores do Inpe e do Cemaden

com água dentro da aldeia”, compara.

O professor Alessandro Tuxi, de 33 anos, leva para a sala de aula as lembranças da infância. “Lembro dos meus avós plantando feijão, melancia, abóbora e até macaxeira, que leva tempo para colher. Hoje, isso praticamente não existe no território. Tudo precisa ser comprado, e muitos animais morrem por falta de pasto na Caatinga. Mas, apesar das adversidades, é possível se adaptar. Para isso, precisamos valorizar os saberes da comunidade e investir em tecnologias sociais”, sugere.

Antônio Barbosa, coordenador de programas e projetos da ASA, lembra que armazenar água da chuva sempre foi prática comum no Semiárido, embora feita em recipientes pequenos, incapazes de sustentar longos períodos de seca. “Quando se oferece um reservatório maior, como

as cisternas, as famílias passam a ter água por muito mais tempo. E, quando melhora a vida das pessoas, melhora também a do solo, das plantas, dos microrganismos, do entorno”, destaca. Ele reforça que agricultores e comunidades tradicionais são os que mais preservam o meio ambiente, por manterem uma relação direta com a natureza. “Vivem e sentem-se parte dela. Por isso, é tão importante ter água, terra, plantas e animais adaptados.”

Em setembro, uma comissão coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente concluiu a atualização do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação. Com diretrizes para os próximos 20 anos, o documento foi elaborado a partir de uma consulta pública que envolveu mais de 1,2 mil participantes, incluindo representantes da sociedade civil, setor privado, pesquisadores e gestores públicos. A proposta, que inclui iniciativas para restaurar a Caatinga e promover a adaptação ao Semiárido, será apresentada na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30, que será realizada de 10 a 21 de novembro em Belém. •

**A repórter viajou a convite da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA).*



Não é miragem. Apesar da aridez, a Caatinga está viva e exuberante. As cisternas ajudam o povo a lidar com a escassez de chuvas

Reinvenção completa

CORREIOS Os planos de Brasília para tirar a estatal do vermelho prometem inaugurar uma nova fase na história da empresa

POR ANDRÉ BARROCAL



Os Correios tiveram prejuízo acumulado de 4 bilhões de reais nos últimos três anos e outro de igual valor só no primeiro semestre de 2025. A sangria é obra de uma “tempestade perfeita” causada por fatores tecnológicos e mercadológicos no Brasil e no mundo. Mas, na pátria nativa, sabe como é, tudo é sempre culpa do “Estado incompetente”, e os privatistas de plantão voltam a defender a privatização da empresa. Não passa pela cabeça do governo vendê-la, dada a importância social da estatal, capaz de chegar aos rincões do Brasil como nenhum outro braço públi-

co. A ideia é bem diferente. Uma aposta na reinvenção dos Correios.

Os planos preparados pela diretoria da empresa e pelo governo são robustos, bilionários. Hoje, ela está concentrada na entrega de correspondências e encomendas. A intenção é transformá-la em uma companhia de logística. Significa atuar com transporte, gestão de cargas e soluções integradas na cadeia de suprimentos, o que exige investimento pesado em digitalização e automação. O próprio setor público pode dar um empurrão enquanto cliente. Segundo a Lei nº 14.744, de 2023, órgãos públicos devem contratar preferencialmente os Correios e não

precisam de licitação. Brasília pretende estimular esse tipo de contrato País afora.

É possível que os Correios também mergulhem em novas áreas. Isso ocorreu de forma exitosa com outras empresas do ramo no mundo, caso da Postale Italia, que é controlada pelo Estado e tornou-se também banco e seguradora. A estatal brasileira teve uma experiência dessa, o Banco Postal, de 2002 a 2017. Integrantes do governo acham que a iniciativa não tinha sido bem desenhada e pode ser revisitada. O presidente Lula esteve na Itália em outubro, para encontrar o papa, e reuniu-se com o chefe da Postale. Disse que representantes do Brasil e da

companhia italiana iriam conversar.

A reestruturação dos Correios foi objeto de estudos da consultoria McKinsey, em paralelo a negociações do governo com o NDB, o “Banco dos BRICS”. Caso vingue um empréstimo da instituição, será com esse dinheiro que os Correios investirão em transição digital. O plano completo será conhecido em novembro. A empresa anunciou genericamente suas intenções em 15 de outubro. Dois motivos explicam a falta de detalhes. Um é que nem tudo está fechado. O outro é que seu presidente, Emmanoel Rondon, crê que informações serão “vazadas” à imprensa após a próxima reunião do conselho de administração, o órgão decisório máximo. O colegiado reúne-se uma vez por mês, na última quarta-feira do calendário, e terá de aprovar o plano.

Rondon, um funcionário de carreira do Banco do Brasil com traquejo em gestão e logística, assumiu em setembro justamente com a missão de chacoalhar os Correios. No anúncio genérico, disse que haverá programa de demissão voluntária para enxugar o quadro, renegociação com fornecedores para poupar despesas, tentativa de recuperar clientes graúdos e análise de experiências internacionais. E, o mais delicado: que busca 20 bilhões de reais nos bancos. Essa quantia equivale a um ano de faturamento da empresa. Segundo fontes do governo, instituições públicas farão parte da operação, pois, se houver apenas instituições privadas no jogo, o Correios será esfolado por juros. Os recursos vão servir basicamente de capital de giro para ajudar a empresa a reaver grandes clientes. E serão liberados aos poucos, atrelados a metas.

A sangria financeira é resultado de uma tempestade perfeita ao longo de uma década, história que teve na “taxa das blusinhas” seu último capítulo. Compras internacionais inferiores a 50

dólares não pagavam imposto até julho de 2024 e ingressavam no País via Correios. O fim da isenção as encareceu e as compras caíram. Grupos estrangeiros passaram a trazer mercadorias ao Brasil por conta própria. Usar os Correios, que funcionavam como uma espécie de alfândega, deixou de ser vantajoso. Esses foram alguns dos principais motivos do prejuízo da estatal em 2024 e 2025.

Operar no vermelho não é novidade em uma empresa com função social. Nos EUA, o serviço postal, que é do Estado, tem perda anual de 6 bilhões de dólares. É uma companhia bem maior: 640 mil trabalhadores, média de um “carteiro” para cada 530 habitantes. A empresa daqui conta com 10 mil agências, está em todas as cidades do País. São 84 mil empregados, o que dá um “carteiro” para cada 2,3 mil brasileiros. O salário médio é de 6 mil reais, nada nababesco, embora o deputado Pedro Paulo, relator no Congresso da reforma administrativa, tenha se valido do rombo dos Correios para defender um teto salarial nas empresas públicas idêntico ao dos servidores em geral.

Após a fundação da República, em 1889, os Correios registraram o primeiro lucro somente em 1940. Nos 21 anos da ditadura inaugurada em 1964, isso se repetiu só cinco vezes. O Plano Real, nos anos 1990, mudou a realidade. Contas no azul tornaram-se comuns. Até que veio a tempestade perfeita a partir de 2013. Após um lucro recorde de 1 bilhão no ano anterior, o caixa foi corroído por alteração nos procedimentos contábeis nacio-

nais, que obrigou a empresa a calcular de modo distinto o impacto futuro de benefícios a seus empregados, como aposentadoria. De 2017 em diante, os bancos começaram a abandonar o envio de boletos físicos de cobrança, e os Correios ficaram sem o maior cliente cativo. Isso foi compensado pelo aumento das entregas do comércio eletrônico, as quais explodiram na pandemia de 2020 e 2021, anos de ganhos e lucros recordes da estatal.

O avanço do e-commerce levou firmas privadas, como Mercado Livre e Amazon, a internalizar as entregas, ou seja, a desistir dos Correios. Estes conseguiram contornar a perda com novos clientes, como as companhias asiáticas que miraram o Brasil, caso da Shopee. Até que veio a “taxa das blusinhas”. Claro que, em meio a tudo isso, houve erros de gestão da estatal, que não se adaptou como deveria aos novos tempos, aspecto superdimensionado pelos privatistas. “Privatização não é a solução”, tem dito a ministra da Gestão, Esther Dweck, em entrevistas.

Outra visão da ministra é que os Correios sofreram com uma espécie de privatização descontrolada do mercado de entregas. Levar cartas e encomendas para pobres em lugares distantes custa caro, a estatal bancava tal custo com o dinheiro obtido em negócios no “filé” do mercado de entregas, os grandes centros urbanos. Empresas particulares entraram nas maiores cidades e “roubaram” clientes dos Correios, sem ter a obrigação constitucional da estatal de prover serviços nos rincões. Há no Congresso propostas para criar um fundo de universalização dos serviços postais, a ser abastecido com a cobrança de 1% da receita de empresas privadas. O deputado Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais, é proponente de uma lei dessas, adormecida desde 2019. Ele acredita que é hora de fazê-la andar. O governo vê o projeto com bons olhos. •

O déficit acumulado no primeiro semestre de 2025 ultrapassa 4,3 bilhões de reais

Lembrar é resistir

DITADURA Sem memória, o horror pode repetir-se, alerta o juiz que condenou a União pela morte de Vladimir Herzog

POR MARIANA SERAFINI

Foi com ela que datilografei a sentença”, conta o juiz aposentado Márcio José de Moraes, ao mostrar sua inseparável máquina de escrever. Recém-formado em Direito pela USP, ele ganhou a Olivetti Lettera azul de presente da mãe, no início dos anos 1970. Naquele momento, não pensava em seguir a magistratura, tampouco imaginava que aquelas teclas registrariam um dos documentos jurídicos mais importantes da história do País. Levava uma vida agitada como advogado de bancos e, embora seu irmão mais novo, estudante de História, o alertasse sobre os horrores nas masmorras da ditadura, não dava muita atenção. “Parecia exagero que o Estado mantivesse opositores presos arbitrariamente”, recorda. “Foi ao ler nos jornais sobre a morte de Vladimir Herzog que meus olhos se abriram.”

Vlado – seu nome verdadeiro, o “Vladimir” foi adotado no Brasil – foi assassinado nas dependências do DOI-Codi paulista em 25 de outubro de 1975. O regime militar divulgou a versão de que o então diretor da TV Cultura teria se enforcado em uma cela, com o cinto do macacão que vestia, mas ninguém acreditou nessa farsa. Familiares e amigos sabiam que o jornalista jamais tiraria a própria vida. A roupa, por sinal, nem sequer possuía esse acessório, e um dos protocolos da época era

justamente retirar os cadarços dos sapatos dos presos para evitar enforcamentos. Além disso, Herzog havia se apresentado voluntariamente na delegacia da Rua Tuóia, em São Paulo, no dia anterior, após receber intimação para depor sobre sua militância no Partido Comunista Brasileiro. Apesar do vínculo com o “Partidão”, rejeitava táticas radicais de resistência, como a luta armada, preferindo atuar na área cultural, especialmente em projetos teatrais.

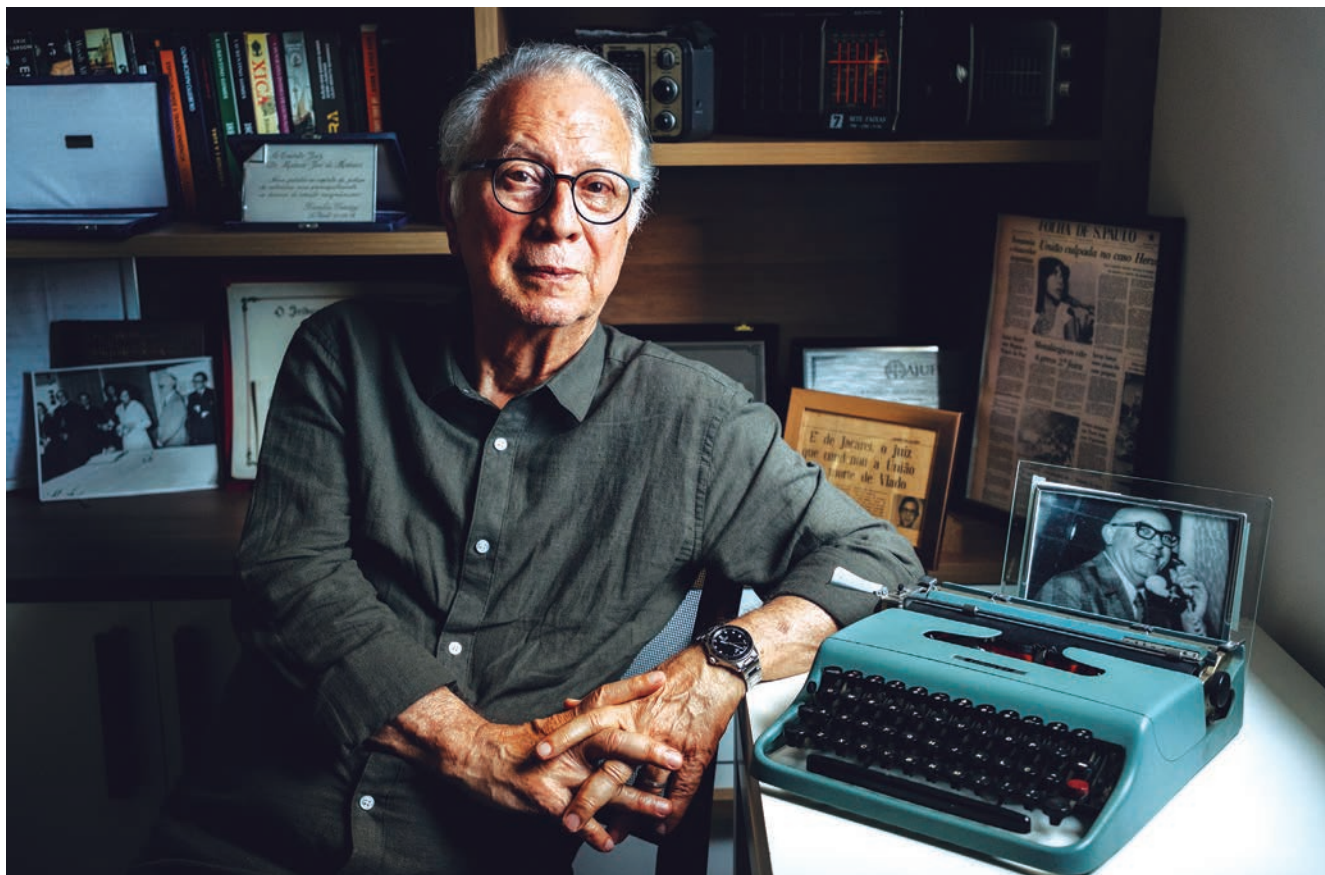
A reação da sociedade civil foi imediata. Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, o rabino Henry Sobel, da Congregação Israelita Paulista, e o reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana, convocaram um ato ecumênico em homenagem a Herzog na Catedral da Sé, que reuniu milhares de manifestantes e teve ampla repercussão internacional. “Esse acontecimento mudou minha percepção sobre o regime militar de tal forma que fiz questão de comparecer ao ato”, recorda Moraes.

Há 50 anos, o jornalista foi assassinado nas dependências do DOI-Codi de São Paulo

Três anos depois, coube ao jovem juiz julgar a ação movida pela família de Herzog contra o Estado brasileiro, ainda sob a vigência do AI-5, que instituiu a censura e suspendeu direitos e garantias individuais. Graças ao processo, os advogados finalmente tiveram acesso ao laudo necroscópico de Vlado, ao qual foi anexada uma foto da cena forjada, na qual o prisioneiro aparece pendurado pelo pescoço, mas com os joelhos dobrados e os pés tocando o chão – posição incompatível com o enforcamento. O legista Harry Shibata confessou ter assinado o laudo sem examinar ou sequer ver o corpo. Em 27 de outubro de 1978, apenas dois anos após ingressar na magistratura, Moraes expediu a sentença que responsabilizou a União pelo crime. “Há revelações veementes de que teriam sido praticadas torturas não só em Vladimir Herzog, como também em outros presos políticos nas dependências do DOI-Codi”, escreveu, em sua Olivetti.

Por mais de 30 anos, Moraes recusou pedidos de entrevistas para comentar o caso. “Queria que a sentença falasse por mim”, justifica. Numa tarde ensolarada, recebeu a reportagem de *CartaCapital* em sua casa, em São José dos Campos (SP), para contar, em detalhes, a história. Longe do *dress code* do ambiente jurídico, de jeans e tênis All Star, apresentou sua biblioteca, onde a Olivetti azul ocupa lugar de destaque, ao lado de recortes de jornais emoldurados que noticiaram o caso na época. “A repercussão na imprensa foi muito importante para ecoar a gravidade dos acontecimentos.”

Aos 29 anos, casado e pai de duas meninas – uma de 2 e outra de 4 anos –, Moraes sabia que a sentença incomodaria os militares e o risco era alto. Colegas da magistratura e parlamentares o aconselharam a esperar o ditador Ernesto Geisel revogar o AI-5, o que só ocorreria em 31 de dezembro daquele ano. “Sem o decreto, haveria menos chance de represá-



lias”, lembra. “Havia um constrangimento e um silêncio mesmo entre nós, juízes.”

Mesmo ciente do perigo, decidiu acelerar o trabalho e chegou a tirar férias para dedicar-se ao processo com exclusividade. A esposa, hoje falecida, deu todo o suporte para que ele passasse “um mês fechado no escritório”. Pouco tempo depois, a condenação da União no caso Herzog transitou em julgado, sem possibilidade de recurso. A Procuradoria da Justiça Militar deveria investigar os responsáveis pela morte do jornalista, mas isso jamais aconteceu. “O Estado nunca cumpriu essa decisão.”

Segundo Ivo Herzog, filho do jornalista e presidente do conselho do Instituto Vladimir Herzog, a sentença abriu caminho para a sociedade compreender “que a democracia só se sustenta quando há memória e justiça”. Ele acrescenta: “A decisão foi como um raio de verdade em meio à escuridão, um reconhecimento de

Orgulho. “O Estado não cumpriu a decisão”, diz Moraes. Ele ainda conserva a Olivetti em que datilografou a sentença e guarda recortes de jornais da época



que o Estado também pode cometer crimes e deve responder por eles”. Moraes, por sua vez, ressalta a coragem da viúva, Clarice, que acionou a Justiça “mesmo naquelas circunstâncias”.

O magistrado afirma que a decisão teve repercussões em sua carreira, “nem todas positivas”. Mesmo assim, com a abertura democrática, tornou-se desembargador federal e chegou à presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, entre 2001 e 2003. Após se aposentar, há dez anos, passou a dedicar-se à psicanálise, profissão que exerce até hoje, aos 80 anos.

Moraes acredita que revisitar esse episódio não é apenas voltar ao passado. “É um tema que trago com frequência às aulas, porque precisamos conhecer para evitar que tudo isso volte a acontecer.” Ao contrário de outros países da América Latina, que julgaram e puniram os algozes



das ditaduras, no Brasil prevaleceu a impunidade. Ainda assim, ele vê um elo entre as histórias. “Na Argentina, foram as Mães da Praça de Maio que tomaram as ruas. Aqui, foram mulheres como Clarice Herzog e Eunice Paiva que romperam o silêncio e moveram a Justiça.”. Por um instante, seus olhos se enchem de lágrimas, e ele fez uma breve pausa, antes de concluir: “Quero acreditar que essa resistência foi, sobretudo, feminina, com uma coragem que supera a dos homens, que tantas vezes se limitam às palavras”.

Única repórter fotográfica a registrar o velório de Herzog, Elvira Alegre esperou dez anos para ver as imagens publicadas. Pouco antes de agentes da ditadura invadirem a redação do *Ex-*, jornal em que trabalhava, ela conseguiu resgatar os negativos. “Algumas fotos saíram tremidas porque eu realmente estava tremendo de medo”, confidencia. Ex-presos políticos, Ivan Seixas lembra-se de um carcereiro que se aproximou para comentar “a morte do jornalista”, que repercutia na imprensa. “Eu não tinha acesso a nada, não sabia do que ele es-



“A decisão de Moraes foi como **um raio de verdade em meio à escuridão**”, resume o filho **Ivo Herzog**

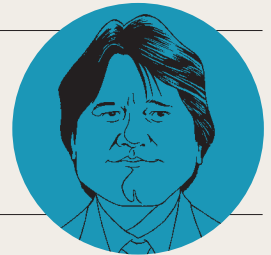
Terror. Dom Paulo Evaristo Arns marcou presença no velório de Vlado (ao lado). Elvira Alegre foi a única fotojornalista a registrar o momento. “Tremia de medo”, diz

tava falando.” Quando soube que a vítima era um diretor da TV Cultura, sem envolvimento com a luta armada, ele e os colegas de cela entraram em pânico. “Concluímos que iriam exterminar todo mundo.”

Seixas é um dos fundadores do Núcleo de Memória Política, que lutou pelo tombamento da antiga sede do DOI-Codi paulista. O diretor-executivo da ONG, Maurice Politi, outro ex-presos político, explica que o objetivo é transformar o edifício em um espaço de memória. O projeto esbarra, porém, na falta de vontade política. Em 2021, o governador Tarcísio de Freitas deixou claro que não tinha interesse de construir de um museu ali. “Hoje, o Memorial da Resistência, onde funcionou o DOPS, recebe, em média, 200 visitas por dia. Já o prédio onde Vlado e tantos outros que resistiram à ditadura tombaram está caindo aos pedaços.” •

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Proselitismo eletrônico

► A pregação religiosa na televisão aberta ultrapassa os limites da fé e afronta o Estado de Direito

Mesmo com o inquestionável avanço da internet, podemos afirmar que a televisão aberta continua sendo um dos meios de informação e entretenimento mais democráticos e acessíveis à população brasileira. Democrático em essência, dado que as emissoras atuam mediante concessão de um serviço público. Não por acaso, precisam seguir regras e determinações condictórias com um Estado Democrático de Direito e de sua Constituição Federal, que o caracteriza como laico.

A prerrogativa da liberdade que define o regime de governo brasileiro se estende ao campo religioso. Dessa maneira, é contraditório que emissoras sigam operando mesmo depois de vender grande parte de seu tempo de programação para igrejas de uma mesma vertente de crença. Essa apropriação do conteúdo televisivo torna-se ainda mais problemática quando notadamente percebemos que aquilo que seria, a princípio, uma questão de fé, se transfigura em influência política.

Na esteira dessas distorções, foi aprovado, em 2022, o Projeto de Lei nº 5479/2019, que resultou na Lei nº 14.408/2022. Ela assegura às emissoras a possibilidade de vender até a totalidade de sua programação para a produção independente, desde que mantenham o controle sobre a qualidade do que é veiculado. Antes havia a instrução do Mi-

nistério Público de que conteúdos como o religioso se enquadravam como publicitários, o que os limitava a até 25% do espaço passível de ser comercializado pelos canais. A nova lei restringe o conceito de publicidade à promoção de produtos e serviços e de marca e imagem de empresas. Com isso, a venda de tempo televisivo para instituições religiosas, ironicamente, tornou-se ilimitada.

Antes dessa virada de mesa, algumas emissoras se viam ameaçadas de perder suas concessões por descumprir o teor da legislação então vigente, ultrapassando o teto na cessão de tempo de veiculação para igrejas. Os canais já argumentavam que não se tratava de venda de espaço para publicidade comercial, pleiteando que programas religiosos não poderiam ser comparados a um conteúdo de cunho mercadológico. Muitas decisões judiciais embarcaram nessa tese e, assim, deixaram de punir as emissoras por descumprimento das regras. A Lei nº 14.408/2022 chancelou, portanto, esse entendimento.

Vamos, então, retomar alguns aspectos cruciais para compreender as violações implicadas nessa trama. Já chamei a atenção para o caráter laico do Estado, que é corrompido quando um dos serviços prestados à população se destina, em sua grande maioria, a uma mesma vertente religiosa, subvertendo o princípio da laicidade.

É preciso destacar também que, em alguns casos, a receita proveniente desses programas religiosos consiste no grosso substancial de arrecadação da emissora, o que, em grande medida, torna nebulosa a justificativa de que não se trata de con-

teúdo comercial. Se não o é estritamente em natureza conteudística, não o deixa de ser em finalidade orçamentária.

Há, também, uma questão bastante delicada nesse imbróglio, que transcende a esfera do propósito espiritual ou de crença – o qual seria ou deveria ser o intento último de um programa de tevê dessa natureza. Levantamento recente do UOL puxou o fio de interferências de parlamentares diretamente interessados na aprovação do Projeto de Lei que passou a permitir maiores percentuais de cessão de espaços televisivos para programas religiosos. Trata-se de um *lobby* no Congresso que, segundo a reportagem do portal, envolveu políticos ligados a igrejas e contou até mesmo com o apoio da Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

Quando o discurso da fé deliberadamente invade o terreno dos ideais e interesses políticos, sem contar os econômicos, o golpe imposto aos preceitos de um Estado Democrático de Direito é ainda mais profundo.

Esse balaio de conveniências ganha novos contornos ardilosos com as recentes aproximações de pregadores evangélicos norte-americanos com pastores brasileiros. A ideologia do trumpismo busca, assim, avançar pelos flancos da fé. Nessa empreitada, pode congrega aliados que tenham, a seu dispor, um espaço televisivo privilegiado, que nunca deveria ser destinado à pregação política.

Para os que creem, legitimamente, em alguma vertente de evolução espiritual, trata-se de um mau uso da palavra. Para todos os brasileiros, indistintamente, significa mais uma afronta ao Estado Democrático de Direito. •

redacao@cartacapital.com.br

Saberes ancestrais

BEM-ESTAR Encontro global discute a inclusão da medicina tradicional aos sistemas públicos de saúde

POR CARLOS MINUANO

Nos pavilhões do Riocentro, a batida dos atabaques do candomblé se misturava ao som dos maracás, aos cantos indígenas e ao burburinho em múltiplos idiomas. Representantes de mais de 70 nações participaram dos painéis e vivências do 3º Congresso Mundial de Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (MTCI), realizado entre 15 e 18 de outubro no Rio de Janeiro. A diversidade deu o tom do evento: enquanto médicos alemães apresentavam experiências clínicas com fitoterápicos, na sala ao lado discutiam-se práticas terapêuticas indígenas e, em outra, estudos com psicodélicos. Esse “tudo ao mesmo tempo” marcou o encontro, que busca aproximar ciência, saberes ancestrais e políticas públicas.

A MTCI é um guarda-chuva que reúne diferentes sistemas de cuidado, das medecinas ancestrais de cada país a práticas contemporâneas baseadas em evidências, resume Caio Portella, presidente do Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa (Cabsin), um dos organizadores do evento. Durante o congresso na capital fluminense, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou seu plano global para a próxima década, que prevê a incorporação dessas abordagens aos serviços de saúde por meio de pesquisa, desenvolvimento e salvaguardas culturais, com fo-

co no tratamento e na prevenção de doenças crônicas e transtornos mentais.

O Brasil vive um momento de expansão das chamadas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics), como acupuntura, fitoterapia e meditação. Em 2024, mais de 9 milhões de pacientes tiveram acesso a esses procedimentos pelo SUS, um aumento de 83% em dois anos, segundo o Ministério da Saúde.

“O objetivo do evento é fortalecer evidências robustas de segurança e eficácia em áreas como ioga, medicina chinesa e uso de plantas”, diz Ricardo Ghelman, presidente do congresso. Ele ressalta o descompasso entre a crescente adesão a esses tratamentos e o volume de recursos disponíveis: “Apesar da expansão, o déficit global de financiamento continua enorme”. Segundo o *Integrative Medicine Research Journal*, um em cada três pacientes utiliza alguma forma de MTCI, mas menos de 1% dos orçamentos destinados à pesquisa em saúde é direcionado à área.

Pesquisas conduzidas em diversas partes do mundo mostram que, quando regu-

Descompasso. “Apesar da expansão, o déficit global de financiamento continua enorme”, lamenta Ricardo Ghelman, presidente do congresso realizado no Rio





lada e integrada com segurança aos sistemas públicos de saúde, a MTCI pode atenuar sintomas de doenças, evitar encaminhamentos para tratamentos onerosos e diminuir o uso de antibióticos, além de contribuir para a saúde mental e o controle de doenças crônicas. “Os sistemas ocidentais precisam aprender com os saberes tradicionais para deixar a lógica da reparação e avançar rumo à prevenção”, afirma Georg Seifert, presidente da Sociedade Europeia de Medicina Integrativa.

Às vésperas da COP30, dados apresentados no congresso reforçam a conexão entre saúde humana e planetária. Um levantamento recente revelou como o ambiente natural influencia o bem-estar,

confirmando o que os povos indígenas afirmam há milênios. “Os resultados preliminares são contundentes”, assegura Portella. “Quem vive próximo a áreas verdes tem maior expectativa de vida e menor incidência de doenças crônicas.

Mais de 9 milhões de brasileiros acessaram práticas integrativas, como acupuntura e ioga, pelo SUS em 2024

A imersão na natureza reduz o estresse quase imediatamente, com efeitos positivos sobre a saúde mental e o desenvolvimento infantil.” Esse estudo integra os chamados “mapas de evidências”, projeto apoiado pelo Ministério da Saúde. Já são cerca de 30 mapas, que reúnem 4,2 mil revisões temáticas e mais de meio milhão de publicações, registrando o que há e o que falta em pesquisa.

No sistema público chinês, a medicina tradicional responde por 30% dos atendimentos, com 30 mil prescrições e 19 toneladas de fitoterápicos consumidos diariamente. Desde a Covid-19, o interesse por tratamentos alternativos cresceu na África, América Latina e Europa, mas

o financiamento e as políticas públicas continuam escassos. No Brasil, quase 30 práticas integrativas e complementares são oferecidas pelo SUS, mas ainda enfrentam resistências e gargalos institucionais.

A política nacional de MTCI completará 20 anos em 2026, mas ainda carece de financiamento estruturado e de uma área definida de responsabilidade no governo federal, observa Ghelman. Durante o congresso, foi entregue ao Ministério da Saúde uma carta solicitando uma agenda mais robusta para o setor. A ausência da medicina tradicional indígena e a baixa representatividade nacional nas Pics também estiveram entre os temas debatidos. Das 29 práticas integrativas incluídas no SUS, apenas uma é brasileira: a Terapia Comunitária Integrativa. A maioria das demais tem origem na Índia, China e Europa, e até mesmo as plantas mais utilizadas em fitoterapia são, em sua maior parte, estrangeiras. “O Brasil é visto como um laboratório vivo para medicinas tradicionais, mas, apesar de abrigar a maior biodiversidade do planeta, tem poucas patentes de bioativos”, lamenta Portella.

O conhecimento tradicional teve destaque no congresso com o anúncio do Programa Nacional de Medicinas Indígenas, criado para reconhecer o trabalho de seus especialistas nos territórios – parteiras, pajés, benzedores, rezadores e raizeiras – com critérios de qualidade, segurança e respeito cultural. Ainda em construção e com lançamento previsto para o fim do ano, o programa é considerado o “coração” da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e foi pensado para articular-se com outras iniciativas do SUS. “Queremos construir uma política desde os territórios, valorizando práticas já existentes”, afirma Putira Sacuena, do povo Baré e diretora do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena da Sesai.

“As medicinas indígenas não são alternativas, são originárias. Para os povos in-



Integração. Para a diretora do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena, os saberes tradicionais não podem ser descaracterizados no SUS

dígenas, pajé e parteira são a primeira opção. As demais práticas é que são complementares”, ressalta Sacuena. A proposta é integrar esses saberes ao SUS sem descaracterizá-los. “O Brasil precisa valorizar o conhecimento tradicional, parte da resistência ainda é fruto do racismo estrutural na academia e nas instituições.”

Os desafios da interseção entre espiritualidade e cuidado – presentes

“Para os indígenas, pajé e parteira são a primeira opção. As demais práticas é que são complementares”, observa Sacuena

em práticas amazônicas que utilizam a *ayahuasca*, bebida indígena de efeito psicoativo – também estiveram em debate. “O xamanismo é uma espiritualidade ancestral ainda não institucionalizada”, explica Alessandro Campolina, médico do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp) e pesquisador do Lar e Integração do Ser (LIS), centro brasileiro voltado ao estudo do vegetalismo, sistema de conhecimento comum na região andina e na Amazônia peruana.

De acordo com Campolina, o vegetalismo combina práticas xamânicas e de saúde. “É a mistura das duas coisas”, afirma. No Peru, essa integração tem reconhecimento estatal como área de saúde com dimensão espiritual. No Brasil, a institucionalização da *ayahuasca* ocorreu principalmente por meio de rituais religiosos, como os do Santo Daime e da União do Vegetal (UDV). Apesar da forte presença indígena e das comunidades ayahuasqueiras, o reconhecimento científico ainda enfrenta barreiras. À frente do núcleo de pesquisa do LIS, ele defende ampliar o conceito de saúde, incorporando promoção, bem-estar e espiritualidade como pontes entre saberes. “Ela permeia todos os campos, não é uma religião específica e pode estabelecer esse diálogo comum.” Para ele, o centro pode servir como referência para aproximar o vegetalismo do Alto Amazonas dos debates clínicos contemporâneos. “Buscamos essa interface”, conclui o antropólogo Thiago Novaes.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, participou do congresso por videoconferência, enquanto cumpria agenda oficial em países da Ásia, incluindo visitas a hospitais de medicina tradicional na China e centros de *ayurveda* na Índia. Em sua fala, reforçou o compromisso do Brasil com as práticas integrativas: “Renovamos, como líderes dos BRICS, nosso compromisso mútuo de fortalecer a medicina tradicional em cada sistema de saúde e ampliar intercâmbios”. •

MARIA RITA KEHL

Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo



Prestígio tóxico

► **Adolescentes inseguros recorrem a pequenas transgressões em busca da aceitação de seus pares, mas a banalização da maldade pode ter consequências fatais**

Quando meu filho tinha cerca de 10 anos, um amigo da escola lhe contou que havia se apoderado do dinheiro do lanche que caíra da carteira de outro colega. Ouvi a conversa e perguntei ao menino se ele havia devolvido o valor. “Não sou bobo nem nada”, respondeu o guri, visivelmente orgulhoso de seu pequeno delito, que talvez já o qualificasse como um adolescente “esperto”, não mais como uma criança ingênua.

Já escrevi, em outra coluna, sobre o uso equivocado da expressão “banalidade do mal”, cunhada por Hannah Arendt e frequentemente interpretada como sinônimo de banalização da maldade. Em *Eichmann em Jerusalém* (1963), a filósofa emprega o termo ao analisar o argumento de inocência do oficial nazista que organizou o envio de prisioneiros às câmaras de gás, alegando estar apenas “cumprindo ordens”. A “banalidade do mal” refere-se, portanto, à crueldade exercida sob o pretexto da obediência. O episódio relatado no parágrafo anterior, envolvendo o colega do meu filho, revela algo bem mais prosaico: o prestígio que o mal pode adquirir.

Parece-me que a atitude

permanentemente competitiva, motor do sucesso nas sociedades capitalistas, tornou-se um padrão quase inquestionável de manipulação do laço social. Cada indivíduo mostra-se convicto de que é preciso, a qualquer custo, “levar vantagem em tudo”, como ensinou Gérson, craque da Seleção Brasileira tricampeã do mundo, em uma campanha publicitária do cigarro Vila Rica nos anos 1970. A chamada “Lei de Gérson” não caracteriza, porém, um traço exclusivamente brasileiro, como tantos afirmam. Trata-se de uma lógica disseminada nas engrenagens do capitalismo contemporâneo, ainda que com graus variados de cinismo.

Se, por um lado, a competitividade faz o capital girar e se expandir, por outro, ela produz um efeito nefasto sobre os “otários” – aqueles que não são suficientemente cínicos para entrar no jogo das pequenas e grandes safadezas cotidianas. Essa predisposição atinge, sobretudo, os adolescentes, inseguros quanto à sua capacidade competitiva e receosos de não ser suficientemente espertos para não acabarem rotulados como “otários”.

Recentemente, o estudo *Global Burden of Disease (GBD)*, publicado na prestigiosa revista científica *The Lancet* e apresentado na Cúpula Mundial da Saúde, em Berlim, alertou para o aumento das mortes por suicídio e pelo consumo abusivo de álcool e outras drogas entre adolescentes e jovens adultos, especialmente nas Américas, um fenômeno já classificado como crise emergente. Acredito que não se trate apenas da busca por ostentar atitudes mais “adultas” – atenção, pais e mães que também fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. Trata-se, sobretudo, de uma tentativa de enfrentar a insegurança tão frequente nessa faixa etária, que muitas vezes leva os jovens a adotar comportamentos autodestrutivos.

Talvez, ao se arriscarem no uso de drogas proibidas, os adolescentes se sintam mais espertos. É como se, ao cometerem esse pequeno delito, ganhassem prestígio pela ousadia, pela rebeldia e pelo desafio às normas e ao bom senso que sustentam a vida em sociedade. Dessa forma, buscam reconhecimento entre seus pares, outros jovens igualmente inseguros.

Não tenho elementos para afirmar, mas não me surpreenderia se essa terrível onda de suicídios estivesse concentrada entre os adolescentes menos ousados, aqueles que não conseguem ser tão transgressores quanto seus colegas e, por isso, acabam se tornando alvo de *bullying*, classificados como “otários”. Da mesma forma, não se pode ignorar que a perturbação provocada pelo uso abusivo de álcool e drogas – esse suposto “passaporte para a vida adulta” – leve tantos jovens a desistir da própria vida. •



Alerta. As mortes de jovens por abuso de álcool e drogas dispararam

redacao@cartacapital.com.br



Um edifício de papel

REFORMA ADMINISTRATIVA A nova proposta tem pontos defensáveis, mas é burocratizante e enfrentará resistência das corporações

POR CARLOS DRUMMOND

Com 96 assinaturas até segunda-feira 20, a Proposta de Emenda à Constituição da reforma administrativa, apresentada pelo relator Pedro Paulo (PSD), avança na Câmara dos Deputados em meio a diversos obstáculos. Entre eles, destacam-se as resistências corporativas da Advocacia-Geral da União, do Judiciário e do próprio Legislativo às propostas de controle e de teto de gastos. Outros entraves são as inconsistências do próprio texto, apontadas por vários analistas. A PEC, por sinal, é uma das prioridades do presidente da Casa, Hugo Motta, que pretende autá-la ainda em 2025.

O predomínio de deputados da extrema-direita entre os signatários revela que a nova proposta herda o espírito da famigerada PEC 32/2020, do governo Bolsonaro. Zé Trovão, Carlos Jordy, Marcel van Hattem, Osmar Terra e Júlia Zannatta estão entre os que subscrevem o texto. Caso tivesse sido aprovada, a PEC original teria aprofundado a já significativa desestruturação da administração pública promovida pelo ex-presidente, condenado por tentativa de golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal. Entre os efeitos mais nocivos estavam a eliminação de 10% do funcionalismo, a imposição de critérios privatistas na gestão pública, o avanço de um fiscalismo

lismo rígido e punitivista, além do assédio institucional recorrente a servidores.

A atual proposta é diferente, porém, da PEC 32/20. Esta visava claramente privatizar, cortar gastos e demitir servidores. A proposta atual é mais gerencialista, no sentido de enfatizar o mérito, a competição entre servidores. A reforma pretende tornar o serviço público mais eficiente e com melhor atendimento ao cidadão. Visa também, e este é um aspecto inédito, aplicar os mesmos princípios ao funcionalismo dos Três Poderes na União, nos estados e nos municípios. Não promoverá ajuste fiscal, não pretende reduzir o tamanho do Estado nem reduzir direitos dos servidores, argumentam seus defensores. Para alcançar maior eficiência do serviço público, propõe combater privilégios e instituir a meritocracia. Na tentativa de aumentar as chances de sua aprovação, Pedro Paulo assegura que a estabilidade no cargo,

Com o apoio maciço de deputados da extrema-direita, a proposta herda o espírito da PEC de Jair Bolsonaro





Linha vermelha. A estabilidade do servidor é considerada inegociável pela ministra Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

considerada “inegociável” pela ministra Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, será mantida intacta.

Rudinei Marques, presidente da Unacon, o sindicato dos auditores e técnicos federais de finanças e controle, identifica inúmeros problemas na proposição. “Em primeiro lugar, Pedro Paulo atropelou todo mundo. Constituiu o grupo de trabalho em maio, aliás quem criou foi o Hugo Motta, e o deputado fluminense foi designado coordenador do GT”, observa Marques. Os próprios parlamentares que participaram do colegiado disseram desconhecer o texto até ele vir a público. “Nas várias ocasiões em que ele nos chamou para discutir, simplesmente não ouviu nada do que dissemos. Fomos surpreendidos com o texto. Esperávamos que fosse uma PEC 32 requeitada, mas o texto é ainda pior”, avalia o dirigente da Unacon.

São tantas questões jurídicas insustentáveis no projeto, prossegue Marques, que cabe indagar qual é a real intenção do texto. Até cláusulas pétreas, como a independência dos Poderes, o texto fere. “Não tem muita coisa para salvar ali. Estão querendo levar coisas importantes, mas minúsculas, para a Constituição. Se é para fazer uma coisa decente, tem de chamar todo mundo para conversar”, afirma o presidente da Unacon. “Será que precisa fazer emenda constitucional para melhorar as entregas do serviço público? O texto fala sobre digitalização, governo digital, mas já existe uma lei, aprovada em 2021, que trouxe muita coisa, é só implementar. Alguns parlamentares parecem ter uma tara por PEC. Acho que o Pedro Paulo está usando isso como vitrine, um trampo-





lim, para algum rumo político mais ousado em 2026. Mas é um negócio malfeito.”

Outro aspecto é a redundância em relação ao trabalho do MGI. É o caso da criação de 20 níveis para todas as carreiras do funcionalismo. O ministério já fez muita coisa, destaca o dirigente, mexeu na forma de recrutamento, com o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), saiu uma nova lei geral, com parâmetros para todos os entes federados, incluindo cotas. Há também várias medidas em andamento em Inteligência Artificial.

Agora, acrescenta Marques, o deputado quer levar para a Constituição o que foi feito na União, para “enfiar goela abaixo dos outros entes federados”, inclusive um arcabouço constitucionalizado. “Eu acho que isso não cola. O próprio ministro Edson Fachin, presidente do STF, já disse que não vai aceitar que haja essa interferência no Judiciário.”

No Judiciário, a reforma defende a demissão de juízes condenados por infrações disciplinares, o fim do uso da aposentadoria compulsória como forma de

punição máxima, proibição de férias de 60 dias para juízes e proibição do pagamento de licenças condicionadas ao tempo de serviço, segundo destacou a Agência Brasil. Essa pretensão explica a reação de Fachin, que reafirmou em nota oficial, após receber Pedro Paulo, diversos princípios constitucionais e garantias para o trabalho do Judiciário.

A parte da proposta que ataca privilégios é considerada boa por muita gente, dentro e fora do governo, mas poucos acreditam em seu avanço. A AGU é contra porque recebe os honorários de sucumbência. O Judiciário é contra porque juízes e desembargadores recebem penduricalhos acima do teto. O próprio Legislativo, que também

O Judiciário não deve abrir mão dos penduricalhos que ultrapassam o teto

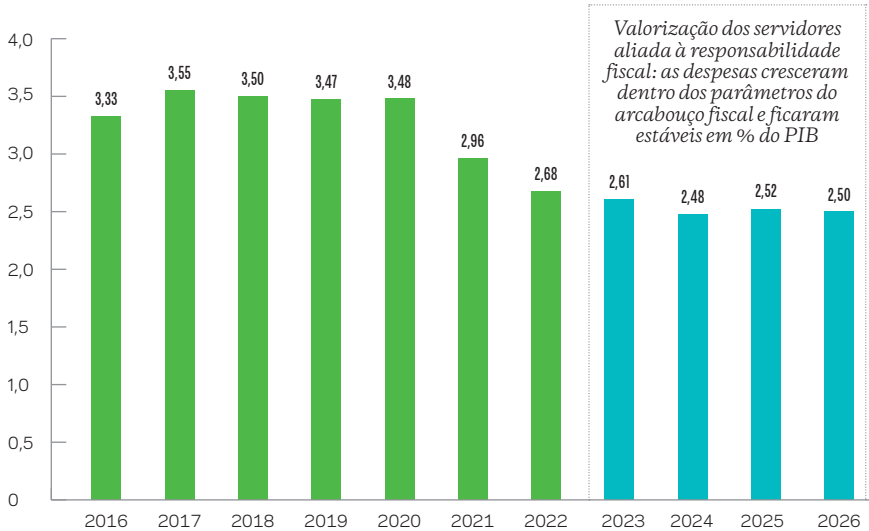
Disputa. Haverá paralisação na UnB. Cardoso Jr. cobra postura propositiva dos sindicatos. Pedro Paulo propõe consórcios intermunicipais para ratear custos

recebe acima do teto, deve opor-se.

A inspiração de grande parte da proposta do deputado Pedro Paulo no trabalho desenvolvido pelo MGI, apontada por Marques, é indisfarçável. Criado em 2023, após quatro anos de sucessivas reduções do quadro de servidores civis, congelamentos salariais, assédio institucional e desincentivo à carreira pública, na gestão anterior, o ministério tem como eixo a reconstrução das capacidades administrativas e institucionais do governo federal, valorização de servidores e modernização administrativa, para proporcionar melhores serviços públicos à população. “O Brasil precisa de um Estado forte e capaz, e isso só será possível com servidores capacitados, valorizados e comprometidos com o interesse público”, ressalta José Celso Cardoso Jr., secretário de Gestão de Pessoas do MGI.

SOB CONTROLE

Despesas de pessoal do Poder Executivo* (% do PIB)

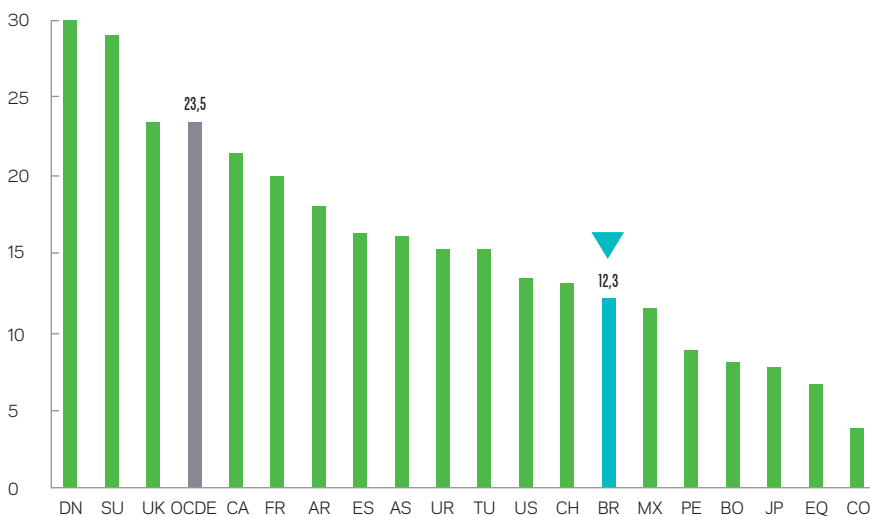


Fonte: SOF e MGI para projeções de 2025 em diante.

* Inclui servidores civis e militares, inclusive ativos, aposentados e instituidores de pensão. Exclui Fundo Constitucional do DF e sentenças.

O MITO DO ESTADO BRASILEIRO GASTADOR COM PESSOAL

Participação do serviço público na força de trabalho é metade da média dos países da OCDE em 2024* (%)



Fonte: OIT, ILOSTAT.

* Ou o último ano disponível.

Caso a proposta de reforma defendida por Pedro Paulo e abraçada por Hugo Motta fosse aprovada, “certamente o Poder Público perderia ainda mais capacidades administrativas e institucionais de formular e implementar políticas públicas e, portanto, de enfrentar os problemas nacionais. É muito provável que ocorresse um aumento das heterogeneidades e desigualdades que marcam historicamente a sociedade e a economia brasileira”, diz Cardoso Jr.

Sobre as críticas de que sua proposta é pouco flexível para os estados e municípios, que precisariam contratar inúmeras assessorias para se ajustar às regras, Pedro Paulo afirmou a *CartaCapital* que a reforma “privilegia normas gerais, com aplicação modulada pelas possibilidades dos vários entes”, o que não é novidade no federalismo brasileiro. O teto orçamentário mais restritivo criaria, segundo o deputado, condições fiscais para destinar mais recursos para políticas públicas na saúde, educação e segurança. Para enfrentar o aumento de custos e o excesso de burocracia, sugere a formação de consórcios intermunicipais.

Salvo raras exceções, os sindicatos não entram na discussão da reforma administrativa. “Todo o sindicalismo, de A a Z, está contra qualquer coisa que diga respeito à reforma administrativa. São da negação completa. Quem faz proposta de reforma do Estado no Brasil? É a direita. Você já viu a esquerda apresentar alguma proposta? Então o problema é esse, se o campo progressista não mudar a atitude e sair do passivo-reativo para uma postura mais ativa, propositiva, vai ser difícil, pois mais cedo ou mais tarde, vão impor uma reforma dessas e vai ser complicado”, chama atenção Cardoso Jr. “Assumir tal postura transmite a ideia de que o Estado não tem problema e funciona lindamente. Sabemos que não é verdade. Tem muita coisa para melhorar, mas eles não estão abertos a construir soluções.”

O que o mundo quer, o Brasil tem

Reservas de lítio, nióbio, cobre e grafita colocam o Brasil à frente na corrida por minerais estratégicos

O sol desce sobre as serras de Minas Gerais e colore de vermelho as pilhas de minério que aguardam o transporte. Essa mesma cena pode ser vista em outras regiões, do Pará ao Rio Grande do Norte, onde o subsolo esconde riquezas que ganharam novo peso econômico. Minerais como lítio, níquel, cobre, grafita, nióbio e terras-raras ganharam mais relevância geopolítica, disputados em uma corrida mundial pela tecnologia de ponta, transição energética e soberania produtiva.

Mais que nunca as grandes economias buscam os minerais estratégicos, fundamentais para veículos elétricos, turbinas eólicas, painéis solares, baterias e semicondutores. “O Brasil tem uma posição privilegiada graças a reservas de alta qualidade, energia limpa e de baixo custo, além de um sistema de licenciamento que, mesmo desafiado, é robusto quando comparado a outros países produtores”, avalia o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. Somam-se a isso uma força de trabalho especializada, laboratórios de pesquisa, estabilidade política e neutralidade nas relações comerciais.

O desafio do Brasil, no entanto, é decidir se continuará exportando matérias-primas ou se construirá ca-

deias industriais próprias. O BNDES assumiu a tarefa de catalisar esse movimento. Em 2023, fortaleceu sua capacidade de apoiar projetos de inovação e mitigação climática com o lançamento do Programa Mais Inovação e a remodelagem do Fundo Clima, alinhados à Nova Indústria Brasil, programa do governo federal. Essas bases abriram caminho para iniciativas mais ousadas.

Em 2024, o banco anunciou o Fundo de Investimento em Participações Minerais Estratégicos, em parceria com o Ministério de Minas e Energia. Ele prevê mobilizar até 1 bilhão de reais, com aporte de até 250 milhões do BNDES. O anúncio alavancou intenções de investimento do setor privado superiores a 3 bilhões de reais. Os primeiros desembolsos estão previstos para 2025. “O fundo contará com gestor independente, escolhido por chamada pública, e deverá entrar

O setor mineral representa cerca de 4% do PIB, com mais de 2,25 milhões de empregos na cadeia

em operação nos próximos meses”, explicou João Paulo Pieroni, superintendente da área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação. Segundo ele, a carteira deve incluir projetos em lítio, terras-raras, níquel, grafita, titânio e platina.

O processo de seleção reuniu 12 propostas. O consórcio formado pela Ore Investments e a JGP BB Asset ficou em primeiro lugar. Para Marcelo Marcolino, superintendente da área de Mercado de Capitais, o resultado demonstrou o interesse dos investidores. “Temos um engajamento cada vez maior de atores do Mercado de Capitais e bancos privados, que buscam compreender a relação entre retornos e riscos”, afirmou.

A força desse movimento avançou em 2025, quando a Chamada Pública de Planos de Negócios para Transformação de Minerais Estratégicos recebeu 56 propostas, que somam mais de 85 bilhões de reais em potenciais investimentos distribuídos por 23 estados brasileiros. Minas Gerais liderou em número de projetos, enquanto o Nordeste concentrou o maior volume de recursos, com 18,5 bilhões de reais previstos. “Os Planos de Negócios selecionados se somam a um *pipeline* robusto de projetos de minerais estratégicos de elevado potencial no Brasil”, destacou Pieroni.

O impacto vai além da mineração em si. Segundo José Luís Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior, “o BNDES está buscando o adensamento da cadeia produtiva que parte da mineração para agregar valor e expandir a atividade para além da simples extração. Esse é o cerne da Nova Industrial Brasil, que é uma política industrial moderna que busca, em último caso, melhorar a vida dos brasileiros com geração de renda e empregos qualificados”.

Gordon lembra também que o BNDES possui regulamentos que estabelecem diretrizes socioambientais e cli-



Lítio, níquel, cobre,
grafita e nióbio
ganharam maior
relevância geopolítica

máticas. Busca-se avaliar se existe diálogo com comunidades, capacitação de mão de obra, uso de fornecedores locais e apoio à diversificação econômica. “A neoindustrialização nacional tem como componente essencial o compromisso socioambiental e climático”, conclui.

O portfólio do fundo cobre dois grandes eixos: minerais para a transição energética e para a fertilização do solo. No primeiro grupo estão cobalto, cobre, estanho, grafita, lítio, manganês, terras-raras, platina, molibdênio, nióbio, níquel, silício, tântalo, titânio, tungstênio, urânio, vanádio e zinco. No segundo, fosfato, potássio e remineralizadores, ligados à produção de alimentos e à segurança alimentar. Ao financiar esses projetos, o BNDES amplia sua atuação em áreas onde a mineração pode ser a principal âncora de empregos, renda, infraestrutura e serviços.

O banco também exerce papel articulador em plataformas institucionais. Um exemplo é a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transfor-

mação Ecológica (BIP), liderada pelo Ministério da Fazenda com apoio dos ministérios do Meio Ambiente, da Indústria e de Minas e Energia.

Essas iniciativas ganharam visibilidade durante a Conferência Internacional sobre Cadeias de Valor de Minerais Estratégicos, realizada pelo BNDES em março deste ano. O encontro, que contou com participantes nacionais e internacionais de referência no setor, reforçou a percepção de que o Brasil tem condições de oferecer ao mundo minerais rastreáveis, produzidos com padrões de proteção socioambiental mais elevados e menor emissão de gases de efeito estufa.

Mas essa posição competitiva depende de escolhas. “As empresas precisam atender a critérios de captação de recursos, competência técnica e gestão de impactos socioambientais”, lembra Marcolino. O mesmo vale para a destinação de recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Pieroni destacou que parte já é destinada ao Fun-

do Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), mas defende avanços. “É preciso criar instrumentos de compartilhamento de risco, como o FIP Minerais Estratégicos. A produção de minerais precisa caminhar na mesma velocidade do desenvolvimento das competências para sua transformação em produtos de elevado valor”, disse.

A demanda global por minerais estratégicos pode trazer riscos de projetos apressados, mas Gordon ressalta que a competitividade internacional depende de padrões elevados: “Governos e empresas entendem que não é possível abrir mão das melhores práticas socioambientais como fator de competitividade. Essa é uma exigência global, e o Brasil possui diferenciais estratégicos muito relevantes e que se encontram refletidos nas diretrizes da nova política industrial”.

O setor mineral já representa cerca de 4% do PIB nacional, com mais de 204 mil empregos diretos e 2,25 milhões indiretos, além de 41,7 bilhões de dólares em exportações em 2022. O ferro ainda domina o faturamento, mas é na transição energética e na fertilidade do solo que se abre a nova fronteira. A disputa entre Estados Unidos e China por cadeias de suprimento pressiona países latino-americanos a definir estratégias de médio e longo prazo – e o Brasil está no centro desse movimento.

Quando o dia termina e o pó das minas repousa sobre as estradas de terra, fica evidente que o subsolo guarda mais que minerais. Ele também guarda escolhas. Decisões que podem transformar reservas em alicerce de um novo ciclo de desenvolvimento ou assisti-las partindo, inalteradas, em navios rumo a outros destinos. •

Produzido por

Studio
Carta

Desacelerar para quê?

CRESCIMENTO Frear a economia neste momento é, ao mesmo tempo, desnecessário e indesejável

POR RICARDO SUMMA E RAFAEL RIBEIRO*

O Brasil cresceu 3,3% entre 2023 e 2024, mas entrou em ritmo mais lento no segundo trimestre de 2025, segundo o IBGE. Consumo das famílias, do governo e os investimentos esfriaram. Os dados do indicador de atividade mensal do Banco Central, o IBC-Br, apontam que tal desaceleração persiste no mês de julho, reforçando a percepção de que o fôlego inicial do ciclo de retomada perdeu intensidade. Para alguns, essa desaceleração seria condição necessária para controlar a inflação. Discordamos. Frear a economia neste momento é, ao mesmo tempo, desnecessário e indesejável.

É desnecessário porque a resposta da inflação no Brasil a variações no nível de atividade econômica parece ser negligenciável. A ideia de que o freio seria necessário apoia-se no diagnóstico de que a inflação decorre de o PIB crescer acima da taxa de crescimento do chamado “produto potencial”, cujas estimativas variam entre 1,9% pela OCDE e 2,4% pelo Banco Central. Mas o que é esse produto potencial? Pela teoria convencional, seria o nível mais elevado de produção que uma economia poderia atingir sem gerar pressões inflacionárias. Entender esse conceito, portanto, é essencial pa-

ra a compreensão da condução das políticas monetária e fiscal e dos debates sobre crescimento sustentável.

O cálculo do produto potencial, entretanto, é problemático. Na prática, as principais métricas desse indicador nada mais são do que uma tendência ou média suavizada da série do próprio PIB corrente. Há também metodologias de cálculo do produto potencial que incorporam tendências suavizadas a partir de dados de mercado de trabalho e do estoque de capital que, por sua vez, são sensíveis ao próprio ciclo econômico. O problema é que isso pressupõe exatamente aquilo que se quer demonstrar: que a economia sempre retorna sozinha ao equilíbrio e que o PIB real nunca se afasta muito do “potencial”. Assim, políticas monetária e fiscal restritivas, ao contribuírem para a desaceleração do crescimento da economia, invariavel-

mente reduzem as estimativas de média ou tendência da série do PIB, impactando negativamente os indicadores que medem o produto potencial. De forma análoga, o crescimento do PIB efetivo tenderia a elevar as medidas de produto potencial. Logo, o potencial de crescimento do Brasil certamente foi ampliado com o investimento em capacidade produtiva crescendo mais fortemente que o PIB em 2024, algo pouco destacado no debate público.

Mesmo aceitando essas métricas, a literatura internacional mais recente não apresenta evidências robustas de que inflação responda ao hiato entre produto observado e potencial. Estudo recente do Made-FA/USP vai na mesma linha ao mostrar que a inflação no Brasil não parece ser sensível ao nível de atividade da economia; o estudo também analisa os dados de inflação desagregados e mostra que a maioria dos grupos de bens que compõem o índice geral de inflação não responde a variações na medida de hiato do produto. Esses resultados sugerem que, por aqui, a inflação parece reagir mais a outros fatores, como as observações passadas da própria inflação e ao câmbio, do que ao PIB. Em 2025, apesar de maior instabilidade no cenário externo, o real valorizou 15% ante o dólar até o início de outubro de 2025 (a título de comparação, o peso argentino desvalorizou 38% no mesmo período). Essa valorização do real já vem segurando preços de alimentos e bens comercializáveis, com queda mais clara inicialmente no atacado (tal como medido pelo IGP-M), e que, com alguma defasagem, vem chegando no consumidor. Se a inflação vem cedendo, e dada a incerteza sobre a resposta dos preços ao atual nível de atividade, a desaceleração do crescimento mostra-se, portanto, desnecessária.

Ela também é indesejável se feita à custa dos gastos sociais e do emprego,

O investimento em capacidade produtiva cresceu mais que o PIB em 2024, algo pouco destacado no debate



como defendem vozes mais próximas ao mercado. Para essa visão, o arrocho deveria vir acompanhado de austeridade adicional, inclusive congelando o salário mínimo e importantes políticas de assistência social. O objetivo desse tipo de política, de forma mais ou menos declarada, no fim das contas sempre é o de esfriar a economia até elevar o desemprego, freando o aumento dos salários e seus efeitos nos custos de produção. Contudo, convém lembrar que os salários formais, medidos pelo Caged, só voltaram a se recuperar a partir de 2023 e ainda estão 4% abaixo do nível de 2020 em poder de compra, o que evidencia o risco de aprofundar desigualdades, caso medidas adicionais de restrição avancem.

Além disso, é incorreto afirmar que a política fiscal do governo federal siga expansionista. O impulso de 2023–2024, que ajudou no crescimento do PIB, deveu-se à PEC da Transição em 2023, ao

Dólar. Apesar da maior instabilidade externa, o real se valorizou 15% frente ao dólar e isso vem segurando preços de alimentos e bens comercializáveis

pagamento de precatórios e gastos emergenciais com enchentes e queimadas que não foram contabilizados na regra fiscal. Em 2025, sem esses gastos excepcionais, a despesa primária caiu 2,4% no primeiro semestre em relação a 2024, segundo dados do Tesouro Nacional apresentados no *Boletim Fiscal dos Estados Brasileiros*, do Centro Celso Furtado, que será publicado nas próximas semanas. Portanto, a combinação de políticas monetária e fiscal mais contracionistas, em um cenário internacional mais complicado para as exportações brasileiras, poderia diminuir o crescimento a níveis inferiores aos estabelecidos pelas métricas de crescimento do produto potencial. Tal

cenário só não é tão certo, pois estados e municípios, assim como as empresas estatais federais, continuam investindo em ritmo forte em 2025, garantindo algum dinamismo ao conjunto da economia.

Comemorar a desaceleração e ainda apostar em um ajuste que gere impactos negativos sobre o mercado de trabalho, portanto, não interessa a quem defende a continuidade do breve ciclo recente de retomada do PIB com recuperação de salários, redução das desigualdades e queda da pobreza. É preciso reconhecer que, em um país historicamente marcado por desigualdades estruturais, insistir em políticas que sacrificam crescimento e inclusão social em nome de diagnósticos frágeis é, no mínimo, um erro de prioridade. •

**Ricardo Summa é professor do Instituto de Economia da UFRJ. Rafael Ribeiro é professor do Cedeplar/UFMG e do Made/FEA-USP.*

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Economista, consultor editorial de *CartaCapital* e ex-presidente do Palmeiras. É autor, entre outras obras, de *Valor e Capitalismo* e *Os Antecedentes da Tormenta*.



Trump e a Operação Condor

► **Estamos diante de um novo ataque “democrático” aos países da América Latina, tal como o perpetrado nos anos 70**

Trumper exercita, sem peio, o propósito de constranger (invadir?) a Venezuela de Nicolás Maduro e a Colômbia de Gustavo Petro. O pretexto arguido para a prática dessa fancaria é combater o tráfico de drogas. Barcos foram bombardeados, acusados de transportar drogas para os Estados Unidos. Nessa empreitada, pereceram muitos cidadãos dos países condenados pelos tribunais da “democracia” norte-americana.

Estamos diante de um novo ataque “democrático” aos países da América Latina, tal como o perpetrado pela Operação Condor em meados dos anos 70. Diga-se que o Brasil foi pioneiro, ao embarcar nas naveas da repressão e da tortura em 1964, também sob o patrocínio da CIA, que, ainda nos anos 70, iria mobilizar militares chilenos, argentinos e uruguaios para promover aventuras golpistas.

No Chile, despoitou o general Augusto Pinochet, o mais bárbaro dentre os ditadores da safra produzida pelos “salvadores de democracias” que se espalhavam pelo mundo afora na época da Guerra Fria. Em 1976, a Argentina recebeu os préstimos do truculento Jorge Rafael Videla.

Nas décadas de 60 e 70, os rapazes da CIA peregrinavam por aqui, ensinando às forças de segurança e de ocupação da La-

tino-América a sequestrar, torturar e matar as lideranças populares e os opositores dos regimes militares. Todo cidadão medianamente informado sabia e sabe que os fardados foram instalados no poder no Brasil, na Argentina, no Chile, no Uruguai etc. mediante a ação conjunta das direitas latino-americanas – sempre antinacionais e antipopulares – e dos “democratas” do Departamento de Estado e da CIA.

Esses poderes norte-americanos disseminavam à força a doutrina, um tanto paradoxal, da necessidade das ditaduras como atalhos para a democracia. As ditaduras espalharam-se pelo subcontinente em meio ao entusiasmo e ao júbilo dos bacanas da região.

O resultado dessa truculência é de conhecimento geral: desastres econômicos e sociais de enormes proporções, que nos largaram na rabeira da tão ansiada e celebrada modernidade. Ainda hoje, depois do fracasso retumbante das ditaduras e dos ditadores latino-americanos, não escasseiam os entusiastas dos métodos e das práticas do “pega, esfolia e mata”. Não bastasse isso, os próceres civis e militares dos regimes autoritários – que aderiram com o mesmo fervor patriótico às “novas democracias” – ditavam regras e jogavam de mão nos Paramentos, nos quartéis, nos ministérios e nos meios de comunicação.

Os meios de comunicação, diga-se, foram pródigos em celebrar os crimes e as barbaridades cometidos em nome da liberdade e da civilização ocidental e cristã. Não faltaram os épicos da mídia, exaltando a coragem e a bravura dos totalitários que se lançaram ao combate pela supressão dos princípios do aclamação do liberalismo.

As gerações mais novas, as que foram poupadas das misérias daqueles tempos, devem ficar imaginando o quanto vale uma imprensa livre e independente. Mas não podem imaginar a ânsia de vômito que acomete os mais velhos, quando são obrigados a ler ou a assistir a tais espetáculos de elevado cinismo midiático.

Saiba, meu caro jovem, que os grandes senhores da mídia e da informação, os que hoje se apresentam como baluartes dos direitos e da democracia, foram cúmplices e beneficiários dos regimes de exceção. Foi nessa época que constituíram os seus impérios de comunicação. Na base do “é dando que se recebe”, passaram a prestar serviços aos governantes de turno, enquanto cavavam subsídios e incentivos, além de outros favores não especificados em lei.

As ditaduras latino-americanas naufragaram nas águas de sua própria incompetência. Nos anos 80, a crise da dívida externa machucou gravemente as economias da região que buscaram abastecimento no crédito em dólar. As crises se multiplicaram nas hoje chamadas economias emergentes. Do México à Argentina, sem esquecer o Brasil, as economias balançaram, açoitadas por desvalorizações cambiais dolorosas e crises fiscais e financeiras.

Confrontados com os resultados de suas imprudências, os “donos do pedaço” foram incapazes de um gesto de penitência, ainda que inspirado na moral dos fariseus. Pior, olham o passado como juizes do tribunal da história. Mas é inútil protestar: afinal, eles se consideram os Donos do Poder. Decidem quem tem o poder de julgar e quem deve sentar-se nos bancos dos réus. •

redacao@cartacapital.com.br

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Dinheiro parado

► **Com a adoção do Pix nos reembolsos, o BC espera facilitar os pagamentos de quem tem valores a receber dos bancos**

Há 10,4 bilhões de reais parados no Sistema de Valores a Receber do Banco Central, criado em 2022. A quantia pertence a pessoas físicas e jurídicas que ainda não solicitaram a devolução do dinheiro esquecido em instituições financeiras, além de tarifas cobradas indevidamente.

Desse montante, 8,08 bilhões de reais são de 48,4 milhões de cidadãos, enquanto 2,37 bilhões pertencem a 4,6 milhões de empresas. A maior parte dos recursos está parada nos bancos, que concentram em torno de 4,8 bilhões de reais, seguidos por administradoras de consórcio, com 2,4 bilhões, e cooperativas de crédito, com, aproximadamente, 800 milhões.

Mas, se o dinheiro está disponível, por que quase ninguém os reclama? O principal motivo é o desconhecimento. Além disso, em grande parte dos casos, os saldos são tão baixos que não compensam o esforço. Perto de 65% dos beneficiários têm até 10 reais a receber, enquanto apenas 1,8% possuem mais de mil reais para sacar. Agora, com a adoção do Pix nos reembolsos, o SVR espera aumentar as chances de esse dinheiro voltar a circular.

O Lego ilegal

Você, certamente, já ouviu a expressão

“eu faria qualquer coisa por um desses”. Esse parece ser o mantra de colecionadores de Lego, que criaram um mercado paralelo de *kits* que saíram de linha ou são difíceis de encontrar. A marca roubou o coração de milhões de consumidores ao redor do mundo. E, mesmo em um mundo de telas, segue forte e desejada. Tão desejada que o crime organizado passou a cobiçar os colecionáveis.

Nos últimos anos, surgiram quadrilhas especializadas em furtos desses *kits* nos EUA. Elas atuam com precisão: em 2024, uma operação em Springfield, no Oregon, recuperou 4.153 conjuntos, avaliados em, aproximadamente, 200 mil dólares. Neste mês, no condado de Lake, na Califórnia, a polícia chegou à residência de Robert López, onde encontrou dezenas de milhares de peças de Lego soltas, minifiguras com as cabeças removidas e organizadas por expressões faciais, além de novos conjuntos.

Segundo as autoridades, López orientava os comparsas a furtar *kits* de alto valor e revendia as peças por preços inflacionados. Caso você tenha um conjunto antigo da Lego e queira estimar o seu valor, uma opção é acessar o site BrickEconomy, especializado na análise de mercado da marca. De acordo com a plataforma, um *kit* do Homem-Aranha lançado em 2013, durante a Comic-Con de San Diego, pode valer cerca de 80 mil reais.

ZF no foco

A filial brasileira da ZF Friedrichshafen AG, instalada na cidade de Limeira, no interior de São Paulo, iniciou a produção de uma nova geração de câmeras veiculares inteligentes integradas aos sistemas de assistência avançada ao condu-

tor, conhecidos como ADAS (*Advanced Driver Assistance System*). Elas são projetadas para trabalhar em conjunto com múltiplos sensores e unidades de controle do veículo, para executar funções de segurança como frenagem automática de emergência, manutenção de faixa, detecção de pedestres ou ciclistas e outros tipos de auxílio.

O ADAS reúne câmeras, radares e ultrassom para monitorar o entorno do veículo, processar informações em tempo real, emitir alertas ou realizar intervenções automáticas. Quando o carro sai da faixa sem sinalização ou um pedestre se aproxima, por exemplo, o sistema pode avisar o condutor ou acionar os freios para evitar uma colisão. A “Smart Camera 6”, da ZF, tem resolução de 8 megapixels, campo de visão de até 120 graus e se comunica diretamente com a unidade de controle de segurança do automóvel. De origem alemã, a empresa mantém mais de 160 unidades produtivas em cerca de 30 países. Em 2024, sua receita global foi de 41,4 bilhões de euros.

Tudo joia

A rede de joalherias Vivara encerrou o segundo trimestre com lucro de 151 milhões de reais. O número, embora expressivo, representa uma queda de 28,4% em relação ao mesmo período de 2024. A perda foi atribuída ao aumento das despesas gerais, administrativas e com vendas. A receita líquida da empresa foi de 761 milhões de reais, aumento de 16%. Já as vendas cresceram 16,1% nas lojas físicas e 15,1% no ambiente digital, sempre comparando com o mesmo período do ano anterior. •

redacao@cartacapital.com.br



Pavio aceso

AMÉRICA DO SUL Donald Trump escala ameaça de guerra contra a Venezuela, com mobilização de tropas e aval para a CIA depor Nicolás Maduro

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Nos últimos dias, os Estados Unidos mobilizaram 10 mil militares, além de dezenas de navios de guerra, caças, bombardeiros, cargueiros e drones – toda a parafernália com a qual o presidente Donald Trump ameaça invadir a Venezuela. Pelo menos 30 tripulantes de embarcações foram mortos no Mar do Caribe, em ataques realizados pelas Forças Armadas norte-americanas. Enquanto isso, aviões de reconhecimento e helicópteros já operam a menos de 200 quilômetros da costa venezuelana.

“Estamos, certamente, olhando para a terra agora, porque já temos o mar sob controle”, afirmou Trump em 15 de outubro, sinalizando o próximo passo de uma



Gratificação faroeste. Marco Rubio, secretário de Estado de Trump, anunciou uma recompensa de 50 milhões de dólares pela captura do líder venezuelano

intervenção delegada à CIA, a agência de inteligência norte-americana. De acordo com documentos confidenciais revelados pelo *New York Times*, o presidente dos EUA solicitou ao chefe do serviço secreto, John Ratcliffe, a elaboração de um plano para depor Nicolás Maduro. O pedido foi entregue ao interlocutor certo: desde que assumiu o comando da CIA, Ratcliffe prometera transformar a agência em uma força capaz de “ir aonde ninguém mais vai e fazer o que ninguém mais faz”.

Os EUA não adotavam uma postura tão abertamente hostil e intervencionista contra um país da América Latina havia décadas. No governo anterior, do democrata Joe Biden, Washington buscava até se reposicionar como fiador da democracia diante dos arroubos autoritários da nova extrema-direita, como demonstrou ao dar respaldo ao sistema eleitoral brasileiro, após as tentativas de Jair Bolsonaro de deslegitimá-lo.

A nova ofensiva dos EUA reedita, sob nova roupagem, o mesmo espírito desestabilizador da Guerra Fria. A estratégia atual consiste em rotular cartéis latino-americanos ligados ao narcotráfico como organizações terroristas e, na sequência, as-

sociar governos de esquerda à conivência com essas facções, abrindo caminho para que também sejam tratados como alvo.

É como se a guerra às drogas dos anos 1990 e 2000 estivesse sendo reeditada em versão turbinada, transformando a América Latina em um novo Oriente Médio, onde intervenções militares servem para promover mudanças de regime. Se, antes, os EUA cooperavam com governos como os do México e da Colômbia no combate aos cartéis, agora a Casa Branca acusa líderes latino-americanos, como o venezuelano Nicolás Maduro e o colombiano Gustavo Petro, de integrar essas organizações criminosas – o que, sob essa lógica, justificaria o uso da força contra os próprios chefes de Estado.

Trump passou a afirmar que cartéis como o Tren de Aragua estão travando

uma “guerra irregular” contra os EUA. Embora os próprios serviços de inteligência norte-americanos tenham descartado a hipótese de que Maduro lidere essas organizações, o presidente e seu secretário de Estado, Marco Rubio, redobram a aposta nessa tese, oferecendo uma recompensa de 50 milhões de dólares pela captura do líder venezuelano.

As ameaças militares contra a Venezuela não constam apenas em documentos vazados da CIA. Elas agora aparecem em *posts* de membros do governo norte-americano na internet e até no discurso que o presidente dos EUA fez no púlpito da Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, no mês passado. Raramente o mundo viu uma intenção tão abertamente golpista contra um país latino-americano ser proclamada de forma tão clara.

“As ameaças são críveis”, disse a *CartaCapital* o sociólogo e economista venezuelano Luís Salas Rodríguez, que foi ministro de Maduro em 2016. “Há um emprego desproporcional de forças norte-americanas ao redor da Venezuela, com um argumento extravagante de luta contra o narcotráfico. Mas, se quisessem atacar os criminosos, não seria necessário esse volume militar, muito menos na costa da Venezuela, onde o fluxo de drogas é ínfimo em comparação com outras áreas.”

Salas diz que, dentro da Venezuela, há quem acredite na hipótese de uma “intervenção cirúrgica e pontual” para tirar Maduro do poder. Mas ele lembra que essa mesma crença existia em relação à aplicação de sanções: “Dizia-se que seria algo dirigido exclusivamente a alguns integrantes do governo, mas, no final, essas sanções recaíram sobre todo o país”.

A escalada nas ameaças ganhou ainda mais força depois que a principal figura da oposição a Maduro, María Corina Machado, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Ela mesma fez questão de dedicar o prê-

Ao menos 10 mil militares norte-americanos foram enviados ao Caribe

mio a Trump, dizendo que o presidente norte-americano vai ajudar a “transformar a Venezuela de um centro do crime em um centro de energia que traga prosperidade e segurança – primeiro para o nosso povo, acima de tudo, mas também para o restante das pessoas do Ocidente”.

Não é o que países como Líbia, Iraque, Afeganistão e Síria demonstram. Todos eles sofreram intervenções militares dos EUA, sob pretexto de defenestrar líderes autoritários e erigir modelos ocidentais de democracia. No entanto, o resultado foi o esfacelamento desses países, nas mãos de facções rivais armadas. “Qualquer tipo de invasão seria catastrófico. O mundo já está suficientemente convencido de que esse tipo de intervenção não traz nada de bom. As evidências são muitas”, afirma Salas.

A preocupação expressa por ele encontra eco no discurso do presidente brasileiro. “Intervenções estrangeiras podem causar danos maiores do que se pretende evitar”, disse Lula, durante uma recepção a embaixadores estrangeiros, na segunda-feira 20, no Palácio do Itamaraty.

O Brasil faz fronteira com a Venezuela, pelos estados do Amazonas e Roraima. Qualquer conflito no país vizinho – seja protagonizado por forças norte-ame-

Maduro mobilizou militares e milícias civis para resistir a eventual invasão

ricanas, seja por disputas internas – provocaria reflexos do lado brasileiro, tanto pela questão migratória quanto pelo risco de pulverização da presença de atores armados na região. “Não interessa ao País ter, tão próximo a uma fronteira já marcada por diversas problemáticas, uma guerra que geraria ainda mais instabilidade”, avalia Carolina Silva Pedroso, pesquisadora da questão venezuelana vinculada ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Em resposta, Maduro mobilizou tanto as Forças Armadas quanto as milícias formadas por civis treinados nos últimos anos. Além disso, a Venezuela busca solidariedade – ainda que apenas retórica – da vizinha Colômbia, que também sofreu ameaças de Trump, assim como da Rússia e da China, seus principais parceiros econômicos e fornecedores militares.

“A assimetria de forças pode, por um lado, dar a impressão de uma vantagem estadunidense no caso de um confronto com a Venezuela. Por outro, a história mostra que nem sempre o poderio bélico é determinante para uma incursão bem-sucedida”, observa Pedroso. “Maduro parece saber disso e está disposto a armar militares e civis, lado a lado, para defender a soberania do país. Novamente, os exemplos históricos demonstram que as perspectivas humanitárias desse tipo de enfrentamento são tenebrosas.”

Durante anos, Lula manteve uma porta aberta pela qual Maduro poderia não apenas dialogar, mas também construir uma saída negociada. Só que o próprio governo venezuelano ameaçou jogar por terra esse espaço de distensão quando passou a tratar Lula como um traidor. Em 2024, o procurador-geral do Ministério Público da Venezuela, Tarek William Saab, chegou a dizer que o presidente brasileiro tinha sido cooptado pela CIA. Mais tarde, a chancelaria, em Caracas, se pronunciou, dizendo que a fala de Saab não reflete uma posição oficial do governo Maduro.

As relações entre Brasília e Caracas esfriaram. Outros presidentes e líderes de esquerda da América do Sul, como o presidente chileno, Gabriel Boric, e o ex-presidente uruguaio José “Pepe” Mujica passaram a criticar Maduro, cuja gestão autoritária e populista à frente do governo da Venezuela passou a conflitar com a defesa dos princípios democráticos.

Para líderes como Lula, tornou-se cada vez mais difícil criticar o assédio golpista de Bolsonaro no Brasil e, ao mesmo tempo, defender a democracia interna, enquanto Maduro, aliado do mesmo campo ideológico, enfrenta acusações semelhantes na Venezuela. Ainda assim, qualquer solução por meio da força – especialmente se imposta pelos EUA – será rejeitada pelo Brasil, que deve aproveitar o atual momento de diálogo com Trump para tentar desarmar essa crise. ●



Exército sem farda. O governo tem oferecido treinamento militar a cidadãos comuns

JAMIL CHADE

Jornalista, correspondente internacional, escritor e integrante do conselho do Instituto Vladimir Herzog



Figurino completo

► **Aspirante a ditador, Trump também usa o esporte como arma de propaganda e mira a Copa do Mundo de Futebol em 2026**

O desmonte da Justiça, os ataques aos direitos humanos e a censura fazem parte da cartilha de qualquer candidato a ditador. Há ainda outro elemento que jamais fica fora da caixa de ferramentas de um líder autoritário: a transformação do futebol (e outros esportes) em arma de propaganda.

É exatamente este o caminho que Donald Trump adotou com a instrumentalização da Copa do Mundo em 2026, em seu país. Submissa e tradicionalmente confortável sob governos autoritários, a Fifa não parece ver problema nisso. Seu dirigente máximo, Gianni Infantino, tornou-se uma das personalidades estranhas mais frequentes no Salão Oval.

Antes mesmo de o colégio eleitoral confirmar a vitória de Trump, em 2024, o cartola parabenizou o republicano pela eleição. Com isso, ganhou lugar de destaque na posse e, desde então, não poupa elogios ao projeto do líder autoritário dos EUA. Parte da estratégia de Infantino é o pragmatismo. Ele sabe que precisa manter boas relações com Trump para garantir o sucesso do torneio, o maior da história. Embora a Copa também envolva México e Canadá, 80% dos jogos ocorrerão em cidades norte-americanas.

Mas, desde janeiro, o que se viu foi uma ingerência cada vez maior do presidente dos EUA nas decisões relacionadas ao

Mundial. Por pressão de Trump, o sorteio da Copa do Mundo, marcado para 5 de dezembro, não será mais realizado em Las Vegas, como havia sido definido pela Fifa. O novo local é o Kennedy Center, em Washington, presidido pelo republicano.

Nas últimas semanas, Trump passou a usar a Copa como instrumento de chantagem contra cidades governadas por democratas. O presidente sugeriu que poderia declarar algumas delas como “não seguras” para o torneio e, com isso, alterar a sede de jogos já confirmados pela Fifa em 2022. Boston, Nova York, Los Angeles e São Francisco estão entre as ameaçadas. Oficialmente, as 11 cidades selecionadas têm contratos firmados com a Fifa, e retirar partidas desses locais significaria abrir uma guerra legal.

“É o torneio da Fifa, a jurisdição da Fifa, a Fifa toma essas decisões”, reagiu o vice-presidente da entidade que representa o futebol, Victor Montagliani. Trump retrucou: “Se alguém estiver fazendo um trabalho ruim e se eu sentir que há condições inseguras, eu ligaria para Gianni – o chefe da Fifa, que é fenomenal – e diria: ‘Vamos nos mudar para outro local’, e eles fariam isso”. O presidente admitiu que o cartola “não adoraria fazer isso, mas faria com muita facilidade”.

O *soccer* é apenas parte da estratégia do uso do esporte por Trump, que passou a percorrer os coliseus modernos de uma sociedade obcecada pela competição, fama e elitismo. Ainda em 2024, os esportes foram uma zona vital para a campanha do republicano. Muitos democratas só se deram conta do poder dessa estratégia quando era tarde demais.

Miriam Adelson, dona do Dallas Mavericks, uma das mais valiosas franquias da NBA, destinou 100 milhões de

dólares para a campanha de Trump. Em junho de 2024, o republicano compareceu a um evento do UFC em New Jersey, onde os fãs gritavam: “Nós amamos Trump!” O ex-lutador profissional Hulk Hogan, falecido em julho último, abria cada um de seus comícios.

Trump condicionou a destinação de verbas federais para associações esportivas à proibição da participação de atletas transgênero em competições femininas. No palanque, trouxe figuras populares, como o presidente do UFC, Dana White, enquanto o astro da NHL, Wayne Gretzky, exibiu o boné do movimento MAGA. Ao longo do mandato, marcou presença no Super Bowl, na Daytona 500, em lutas do UFC e nas finais do Mundial de Clubes.

Para analistas norte-americanos, o esporte faz parte da estratégia de poder de Trump. Não se trata apenas de um ópio do povo. Ali está também em jogo parte central de sua mensagem política. Enquanto presidentes usaram o esporte como parte de uma diplomacia ou como uma demonstração do *soft power* dos EUA pelo mundo, Trump utiliza os valores de competições atléticas para solidificar sua agenda ultraconservadora e reacionária.

Trump transforma o esporte e sua indústria bilionária em pilar de sua legitimidade no poder. Mais que entretenimento, trata-se de uma extensão do projeto MAGA, que utiliza estádios como amplificadores dos ressentimentos e valores ultraconservadores. Ele não esconde o desejo de repetir essa instrumentalização na Copa do Mundo, e a Fifa parece disposta a fornecer essa vitrine. Resta saber se o futebol, repleto de dribles e até hoje pouco compreendido pelos norte-americanos, responderá a esse desafio. •

redacao@cartacapital.com.br

Sede de vingança

EUA John Bolton, ex-conselheiro de Segurança Nacional, é o enésimo crítico de Trump perseguido pelo governo

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nunca escondeu suas aspirações autoritárias. Deixou claro que, ao retornar ao poder, caçaria cada um de seus adversários políticos – mesmo que, para isso, precisasse instaurar um Estado policial em seu governo. E vem cumprindo a promessa. Desde que reassumiu a Casa Branca, em janeiro deste ano, o líder republicano inaugurou um novo e perigoso capítulo de perseguição institucional no país. Tem usado o aparato jurídico federal como instrumento de retaliação contra críticos, projetando sobre eles a sombra de um regime para o qual a democracia é obstáculo, não fundamento.

Em menos de um mês, entre setembro e outubro, três opositores de alto escalão foram formalmente indiciados: John Bolton, ex-assessor de Segurança Nacional; James Comey, ex-diretor do FBI; e Letitia James, procuradora-geral de Nova York. Outros nomes de peso também estão na mira do presidente: o investidor e filantropo húngaro George Soros, tradicional doador de campanhas democratas; Lisa Cook, conselheira do Federal Reserve, o Banco Central dos EUA; o senador democrata Adam Schiff, por seu papel nos processos de *impeachment* do primeiro mandato; e Hillary Clinton,

ex-secretária de Estado no governo Obama. Todos, em algum momento, enfrentaram Trump, seja ao criticá-lo publicamente, liderar investigações contra ele ou sustentar políticas contrárias aos seus interesses.

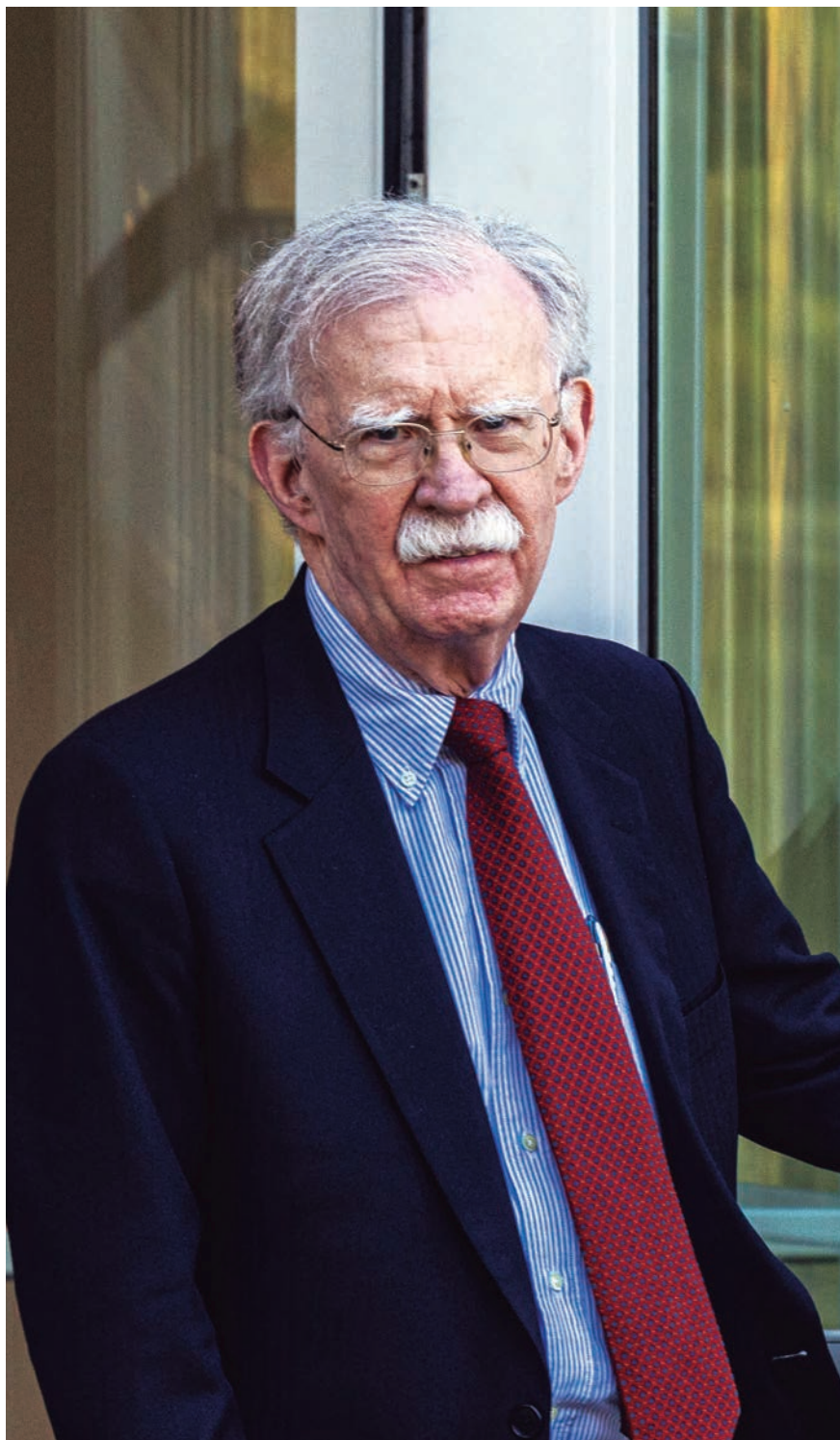
Em retaliação, todos passaram a enfrentar constrangimentos públicos, medidas que servem tanto para punir quanto para ameaçar. Elas vão desde a revogação de proteção e segurança pessoal até a abertura de processos administrativos e investigações questionáveis, muitas vezes conduzidas por promotores nomeados pelo atual governo. No caso de Comey, por exemplo, o processo é liderado por Lindsey Halligan, ex-advogada pessoal de Trump e nomeada procuradora interna dos EUA, ainda sem aprovação do Senado. Ela substituiu o promotor Erik Siebert, que se recusou a apresentar a denúncia contra o ex-diretor do FBI devido à flagrante ausência de provas.

Ex-aliado, Bolton responde a 18 acusações criminais por reter e compartilhar dados confidenciais

Comey, que chefiou a investigação federal sobre a interferência russa nas eleições de 2016, foi acusado de prestar falso testemunho ao Congresso e de tentar obstruir um procedimento legislativo durante um depoimento ao Comitê Judiciário do Senado, em 2020. No X, Trump comemorou a denúncia e descreveu o ex-diretor do FBI como “um dos piores seres humanos aos quais este país já foi exposto”. Comey também reagiu nas redes sociais: “Minha família e eu sabemos há anos que enfrentar Donald Trump tem seus custos, mas não conseguimos imaginar viver de outra forma. Alguém que eu amo muito disse recentemente que o medo é a ferramenta de um tirano, e ela está certa. Mas eu não tenho medo, e espero que você também não tenha”.

Em 9 de outubro, a procuradora-geral de Nova York, Letitia James, responsável por investigações de corrupção contra Trump, foi formalmente acusada de fraude bancária e declarações falsas. Em nota, ela classificou as denúncias como exemplo de *lawfare*, o uso do sistema judicial como arma política. “Ele está forçando as agências federais a agirem em seu nome. A Justiça não deve ser instrumento de vingança pessoal, isso é perigoso para a democracia e para o Estado de Direito. As acusações são infundadas, e as próprias declarações públicas do presidente deixam claro que seu único objetivo é a retaliação política, a qualquer custo. Não estou com medo. Estou determinada. Trump quer me intimidar, mas não vai conseguir. Continuarei fazendo meu trabalho em nome do povo de Nova York.” Em publicação na Truth Social, o republicano rebateu: “Ela é apenas mais uma entre os que tentam derrubar minha administração. Não terão sucesso”.

John Bolton, que foi conselheiro de Segurança Nacional no primeiro man-



ALEX KENT/AFP

Desabafo. “Esta é uma retaliação direta do presidente contra todos aqueles que ousaram discordar dele”, resume Bolton

dato de Trump, entre 2018 e 2019, foi formalmente acusado, em 16 de outubro, por 18 crimes relacionados ao manuseio e envio ilegal de documentos sigilosos por *e-mail*. “Sou vítima de uma perseguição política que visa silenciar qualquer voz dissidente”, escreveu no X. “Esta é uma retaliação direta do presidente contra aqueles que ousaram discordar dele.” Já Trump, que em 2023 foi acusado de manter documentos de defesa nacional após deixar a Casa Branca, afirmou que Bolton colocou “segredos importantes nas mãos erradas”, e concluiu: “Isto não será tolerado”.

Não é tudo. Segundo o *New York Times*, Trump agora exige que o Departamento de Justiça o indenize em 230 milhões de dólares pelas investigações federais que enfrentou nos últimos anos. Em recente conversa com jornalistas no Salão Oval, ele ironizou o caso: “Tenho um processo que estava indo muito bem. Quando me tornei presidente, pensei: vou me processar. Não sei como resolver isso, então digo: me deem X dólares”.

De acordo com o jornal, um eventual acordo pode ser aprovado por Todd Blanche, procurador-geral-adjunto e ex-advogado de Trump. Mas as ruas, tomadas por milhões no sábado 18, durante os atos “No Kings” (“Não temos reis”), mostraram que, diante de um poder absoluto, ainda há resistência. Trump classificou os protestos como um “gesto de ódio à América” e publicou um vídeo despejando fezes sobre manifestantes. Enquanto mira novos alvos, ele demonstra não reconhecer uma oposição capaz de detê-lo, mesmo diante daqueles que se recusam a se curvar. ●

No fio da navalha

GAZA Israel viola o acordo de cessar-fogo e o Hamas caça grupos palestinos acusados de colaborar com o inimigo

POR ARTURO HARTMANN

O cessar-fogo na Faixa de Gaza, efetivado por um acordo subscrito por Donald Trump em 13 de outubro, mal começou e já enfrenta seus primeiros abalos. No domingo 19, Tel-Aviv violou os termos do pacto que interrompeu o genocídio ao bombardear o sul do enclave palestino. Segundo a Agência de Defesa Civil local, a recente ofensiva aérea matou ao menos 42 habitantes da região. A justificativa israelense para o que chamou de “onda massiva e extensa” de ataques aéreos foi atingir combatentes do Hamas que teriam atacado tropas israelenses em Rafah. Mas os eventos daquele domingo foram mais complexos do que sugerem os porta-vozes das Forças de Defesa de Israel.

Primeiro, o jornalista Younis Tirawi revelou que um dos “incidentes” ocorreu durante a continuação das operações de demolição de casas. Desde o sábado 18, ele registrou imagens de escavadeiras trabalhando nos arredores de Rafah. Tirawi informou que dois israelenses – contratados civis a serviço do exército – ficaram feridos ao acionar um explosivo durante o processo.

Um segundo incidente envolveu um suposto ataque do Hamas às Forças de Defesa de Israel na mesma área, próximo à estrada Salah al-Din, que resultou na morte de dois soldados. Segundo Muhammad

Shehada, pesquisador do European Council on Foreign Relations em Gaza, Tel-Aviv violou, na ocasião, a chamada “Linha Amarela”, uma fronteira fictícia que limita a presença militar israelense conforme o plano de Trump. A incursão teria como objetivo proteger um dos principais grupos de colaboradores palestinos, as Forças Populares (FP), lideradas por Yasser Abu Shabab. De acordo com Shehada, o Hamas havia infiltrado combatentes no grupo para desmantelá-lo. O ataque ocorreu no domingo 19 e o exército israelense interveio em defesa do FP.

Apesar das repetidas violações de termos do acordo por Israel, o que mais repercutiu na mídia ocidental foram as execuções públicas promovidas pelo Hamas, contra outros grupos palestinos acusados de colaborar com o inimigo durante a ocupação israelense, “sem qualquer julgamento”. Dentro de Gaza, os fuzilamentos divulgados nas redes

sociais dividiram opiniões. O jornalista Motasem Dalloul afirmou que os palestinos executados haviam sido recrutados por Tel-Aviv para “roubar ajuda humanitária, monopolizar bens, danificar itens e chantagear pessoas”. Já o líder do “Conselho Tribal para Unidade Nacional” em Gaza, Husni Salman Hussein al-Mughni, declarou apoio “ao avanço contra as milícias apoiadas por Israel”, que considerava vital para restaurar a ordem.

Um dos confrontos mais intensos do Hamas foi com o clã Dughmush, já marcado por tensões com o grupo. O chefe da família, Nizar Dughmush, negou em entrevista à emissora saudita Al-Arabiya qualquer colaboração com Israel: “O Hamas executou jovens sem qualquer processo legal”, disse. Já a britânica SkyNews publicou, no sábado 18, uma reportagem que, cruzando imagens de redes sociais com dados de satélite, expôs milícias palestinas abastecidas pelo exército israelense. Ao menos quatro grupos foram identificados em áreas de Gaza sob controle de Tel-Aviv, entre eles o FP, de Abu Shabab.

Shane Darcy, pesquisador de legislação internacional e autor do livro *To Serve the Enemy: Informers, Collaborators and the Laws of Armed Conflict (Para Servir ao Inimigo: Informantes, Colaboradores e as Leis do Conflito Armado)*, publicado pela editora da Universidade de Oxford, afirmou a *CartaCapital* que há muitos casos documentados de colaboradores mortos após episódios de genocídio. “A Human Rights Watch relatou execuções de ‘traidores’ pela Frente Patriótica de Ruanda, logo após a interrupção do massacre contra os *tutsis*. Há também relatos de sobreviventes de campos de concentração e extermínio na Alemanha que se vingaram dos *kapos* judeus quando foram libertados em 1945.” Ele explica que essas ações não são feitas às escondidas, sem registros nem teste-

Tel-Aviv bombardeou o sul do território palestino, após um suposto ataque a soldados israelenses na cidade de Rafah



A organização tem promovido execuções públicas de “traidores”

munhas. “São espetáculos públicos, deliberados, que buscam mandar a mensagem de que a traição não será tolerada.”

Yezid Sayigh, pesquisador sênior do Malcolm H. Kerr Carnegie Middle East Center e autor do livro *Armed Struggle and the Search for State: The Palestinian National Movement, 1949–1993* (*Luta Armada e a Busca pelo Estado: o Movimento Nacional Palestino, 1949–1993*), também publicado pela editora da Universidade de Oxford, acredita que o Hamas está respondendo a três realidades. “A necessidade de demonstrar sua sobrevivência e eficácia ao público palestino; o combate a gangues organizadas armadas por Israel, que representarão uma ameaça em caso de desarmamento; e o envio de uma mensagem a clãs que, no passado, foram aliados do Fatah e de suas agências de segurança, e que agora tentariam tirar proveito de sua fraqueza”, afirmou a *CartaCapital*.

No domingo 19, a Relatora Especial da ONU para os Territórios Palestinos, Francesca Albanese, *persona non grata* em Israel e alvo de sanções pelo governo

Trump, criticou “a explosão de violência intrapalestina em Gaza”. Ela disse que “o Hamas e todos os grupos armados (tanto os que resistem quanto os que são apoiados pelo exército de ocupação) devem interromper imediatamente a execução de oponentes”. Omar Rahal, diretor da organização de direitos humanos Shams, também repudiou os fuzilamentos, que, segundo ele, podem “aprofundar as divisões internas e ameaçar a paz pública e a coesão social”.

Essa fragmentação interna tende a se agravar. Além da contínua agressão israelense, pesa contra o campo palestino o plano de Trump, que propõe um sistema de governança em Gaza comandado por estrangeiros, com nomes como Tony Blair em sua composição. O ponto 13 do acordo prevê a destruição de toda a infraestrutura militar do Hamas. Diante desse possível esvaziamento, Sayigh vê poucas perspectivas de um pacto nacional entre Fatah e Hamas que devolva voz aos palestinos. “Considero que o Fatah

efetivamente deixou de existir como uma organização política autônoma, capaz de desenvolver estratégias ou tomar iniciativas próprias”, avalia.

Isso fica evidente na pesquisa “Percepções em Tempos de Guerra”, realizada pelo Instituto para o Progresso Social e Econômico (Isep) na Cisjordânia, em maio. Quando questionados sobre em quem votariam numa eleição, 20,5% dos entrevistados citaram candidatos independentes, 15,9% o Hamas e 6,3% o Fatah.

Em Gaza, o Hamas enfrenta um nível semelhante de deslegitimação. Segundo Sayigh, embora o grupo “pareça mais dinâmico”, seu modelo de ação política e militar “também fracassou”. Em levantamento feito pelo Isep em agosto, 25% dos moradores de Gaza declararam preferência por independentes, 4,8% pelo Hamas e 16,1% pelo Fatah. “A arena política palestina está gravemente fragmentada”, observa o historiador. “Não vejo uma nova liderança nem um consenso nacional em torno de uma agenda comum ressurgindo por muitos anos.” ●

Modos de partir

IDEIAS Um conjunto de livros e filmes recentes procura enfrentar o debate ético entre a sacralidade da vida e a qualidade do viver

POR ANA PAULA SOUSA

Embora a finitude humana tenha sido sempre um tema recorrente na arte, ela tem ganhado, no mercado editorial e na indústria audiovisual atuais, um recorte específico: o dos direitos do fim da vida.

Escritores, roteiristas e diretores parecem especialmente motivados a discutir a questão ética que paira sobre dois princípios: o da sacralidade da vida e o da qualidade do viver.

No cinema, em 2024, os modos pelos quais uma pessoa deseja partir foram tratados em dois filmes realizados por diretores consagrados. Pedro Almodóvar, de 76 anos, fez *O Quarto ao Lado*, disponível na Netflix. Costa-Gavras, de 92 anos, dirigiu *Uma Bela Vida*, que foi exibido nos cinemas brasileiros neste ano.

O longa-metragem do cineasta espanhol, centrado na eutanásia, baseia-se no romance *O Que Você Está Enfrentando* (176 págs., 74,90 reais), de Sigrid Nunez, que a Editora Instante reimprimiu para aproveitar a divulgação gerada pelo filme. Costa-Gavras inspirou-se no livro *Le Dernier Souffle* (*O Último Suspiro*, também título original do filme, em francês), de Régis Debray e Claude Grange, centrado nos cuidados paliativos.

Essas produções surgem em um contexto marcado pela expansão e sofisticação dos recursos médicos – cada vez mais capazes de prolongar a vida – e pe-

lo aumento da longevidade da população. O que seus criadores parecem buscar é uma compreensão mais profunda das pessoas que, diante de uma doença terminal, manifestam a vontade de morrer.

Nas obras, fica claro que o fim é ainda vida e que, portanto, cada um deve ter o direito de vivê-lo como considerar melhor.

No Brasil, foi divulgada, há um ano, a carta deixada pelo poeta e letrista Antonio Cícero, que foi à Suíça para praticar a morte assistida. Portador de Alzheimer, ele já não conseguia ler ou escrever poemas e deixara de reconhecer amigos. Na carta, afirmou: “Quem decide se minha vida vale a pena ou não sou eu mesmo. Espero ter vivido com dignidade e espero morrer com dignidade”.

A Suíça foi também o destino da personagem retratada em *O Dia em Que Eva Decidiu Morrer* (Vestígio, 224 págs., 67,90 reais), do jornalista Adriano Silva, baseado em um caso real. Após sofrer um AVC, Eva, uma filósofa, disse ao filho e aos mé-

dicos que alguns princípios eram, para ela, inegociáveis – a autonomia era um deles.

Durante o tratamento, constatou: “Viver assim não vale a pena”. A dor de se ver incapaz, por exemplo, de escovar os dentes era insuportável. O AVC havia “esmialhado sua identidade”. Desejando encerrar a vida de forma discreta e pacífica, ela decidiu viajar à Suíça para poder tomar a substância que a levaria a um sono profundo e ao fim.

Era como se Eva, nas palavras de Silva, “estivesse escrevendo um texto ao contrário, apagando linha por linha, até sobrar só a folha em branco, só o espaço vazio”. Não havia alegria no processo, mas tampouco desespero. Sua angústia não era morrer, e sim continuar vivendo daquela forma. Quem a acompanhou foi o filho, Guido.

É justamente em torno da busca por um acompanhante para a prática da eutanásia que gira o romance de Sigrid Nunez. *O Que Você Está Enfrentando* constrói-se a partir do pedido de Martha, paciente oncológica, para que a amiga Ingrid, a narradora, se hospede no quarto ao lado enquanto ela se prepara para tomar o comprimido letal.

Antes de chegar a Ingrid, Martha havia procurado outras amigas – mais próximas até –, mas todas recusaram. “Não importa o que aconteça, (as pessoas) querem que você continue lutando”, diz a personagem. “Existe uma maneira certa e uma errada de agir. Um jeito forte e um fraco. O caminho do guerreiro e o do

O envelhecimento populacional tem feito com que a discussão em torno da eutanásia se intensifique na arte



ILUSTRAÇÃO: PILAR VELLOSO, MIDJOURNEY V7 E ISTOCKPHOTO

O fim. Se há diferentes perspectivas sobre o que é a vida plenamente vivida, por que haveria consenso sobre o que é a melhor morte?



Em imagens. A proximidade da morte foi tematizada pelos diretores Costa-Gavras, de 92 anos, em *Uma Bela Vida*, e Pedro Almodóvar, de 76, em *O Quarto ao Lado*

desistente. As pessoas devem entender que esta é a minha forma de lutar.”

Seu maior desejo passa a ser a paz; seu maior medo, a dor. “Sei que estou morrendo, mas, quando fico aqui pensando, sobretudo à noite, muitas vezes é como se eu tivesse todo o tempo do mundo”, diz ela. A amiga pensa: “Deve ser a eternidade”. Ingrid, que é escritora, lembra-se de Kafka: “O sentido da vida é que ela termina”.

Se, no relato sobre Eva, o filho compreende a mãe, na ficção há espaço para o desconforto da amiga convocada para uma missão que, no contexto retratado, é ilegal.

Na adaptação cinematográfica de Almodóvar, a criminalização da eutanásia ganha contornos mais fortes que no livro. O filme, estrelado por Tilda Swinton (Martha) e Julianne Moore (Ingrid), se passa nos Estados Unidos, onde o direito

à morte é restrito. A personagem, inclusive, compra o comprimido na *dark web*.

No roteiro, são traçados paralelos entre a criminalização da eutanásia e o conservadorismo e o extremismo religioso.

Segundo Adriano Silva, até 2024 a Morte Voluntária Assistida (MVA) era permitida em 14 países. Ele observa que “a imensa maioria dos casos de MVA envolve indivíduos com mais de 70 anos ou em situações de qualidade de vida inadmissível”. *O Quarto ao Lado*, embora seja sobre amizade e afeto, é também um gesto em defesa do direito à dignidade diante do fim.

Tilda Swinton, em entrevistas, afirmou tratar-se de uma obra “sobre viver” mais do que “sobre morrer” – uma história so-

bre decidir como sair do “palco da vida”.

Como explica o autor de *Quando Eva Decidiu Morrer*, na Suíça – onde a MVA autoadministrada é permitida desde 1942, mas a administrada por terceiros é proibida – há três critérios para o consentimento do ato: terminalidade, sofrimento e autodeterminação. Já o conceito de medicina paliativa, diz ele, significa “nem acelerar nem adiar a morte”. Trata-se, sobretudo, de focar no conforto do paciente.

E é disso, do paliativismo, que trata o luminoso *Uma Bela Vida*, que acompanha o filósofo Fabrice Toussaint (Denis Podalydès) em sua reflexão sobre afinitude, guiado pelo médico Augustin (Kad Merad), especialista em cuidados paliativos.

Por meio de uma colagem de histórias de doença, vida e morte, Costa-Gavras reflete sobre as formas de viver – que, inevitavelmente, impactam nos modos de morrer. O roteiro incorpora referências a Balzac, Mauriac, Foucault, Prévert e Platão, conduzindo, com leveza, um debate filosófico. Se, no século XIX, Freud nos ajudou a enfrentar o tabu do sexo, talvez seja hora de encararmos o tabu da morte.

“As pessoas devem entender que esta é a minha forma de lutar”, afirma a personagem criada de Sigrid Nunez



Costa-Gavras, como Almodóvar, posiciona-se diante do tema por meio de seus personagens. Dados populacionais e de saúde pública aparecem em uma entrevista fictícia que tem algo de manifesto: com o prolongamento da vida, a morte assistida deveria tornar-se assunto de governo.

Os cuidados paliativos, embora distintos, cruzam-se com a eutanásia na discussão sobre o que seria, para cada um, a morte desejada. Se há diferentes perspectivas sobre o que é uma vida plena-

mente vivida, por que teríamos todos a mesma ideia do que é a melhor morte?

Outro livro lançado este ano, *Viagens a Terras Inimagináveis* (Todavia, 256 págs., 99,90 reais), da psicóloga Dasha Kiper, aborda os cuidadores de pacientes com demência. Segundo ela, mais de 55 milhões de pessoas no mundo convivem com algum tipo de demência. A expectativa é que esse número quase triplique até 2050.

O Alzheimer é o tipo mais comum. Nos Estados Unidos, em torno de 6,5 milhões

de pessoas apresentam sintomas da doença, e há cerca de 16 milhões de cuidadores, entre familiares e profissionais.

A experiência clínica mostrou a Dasha que todos que convivem com o declínio cognitivo de alguém se tornam parte dele. Ao viver essa realidade sombria, os cuidadores tornam-se, eles mesmos, “vítimas invisíveis” da doença. A psicóloga relata ter visto muitos sentirem raiva ou a impressão de serem manipulados.

Ao apontar, de forma sensível, as ambiguidades dessas relações, *Viagens a Terras Inimagináveis* desvenda mecanismos cerebrais comuns a todos nós. A proximidade da morte ou da perda da identidade – por um dano cerebral ou cognitivo – nos faz sentir emoções que nunca imaginamos experimentar. O fim, dizem quase em coro esses autores, expõe as profundezas da solidão e das dúvidas humanas.

Cabe lembrar que, antes, a eutanásia já foi muitas vezes representada no cinema, em filmes como *Mar Adentro* (2004), de Alejandro Amenábar, e *Coração Mudo* (2014), de Billie August. Na Suíça, essa relação é estudada inclusive na academia. A Universidade de St. Gallen mantém o projeto AssistedLab, que investiga as representações do suicídio assistido na cultura popular e no discurso público.

A professora Anna Elsner, que lidera o grupo, sugere que as representações artísticas não só refletem, mas moldam as atitudes sociais e políticas em relação à MVA. Ao humanizar as questões e apresentar dilemas éticos complexos, essas obras incentivam o debate público e podem influenciar decisões políticas.

Como escreve Adriano Silva, “a morte não é o avesso da vida – ela é o seu final”. Para traduzir os sentimentos que brotam nesse fim da linha e as palavras-chave desse debate – autonomia, autodeterminação e dignidade –, a narradora de *O Que Você Está Enfrentando* recorre a William Faulkner: “Amor e honra e piedade e orgulho e compaixão e sacrifício”. •



Em texto. *Viagens a Terras Inimagináveis*, *O Dia em Que Eva Decidiu Morrer* e *O Que Você Está Enfrentando* são alguns dos livros a tratar das ambiguidades do final da vida

Arquitetura da escravidão

CULTURA POPULAR A luta pela preservação do Congado revela uma face menos conhecida da história de Tiradentes (MG)

POR AUGUSTO DINIZ, DE TIRADENTES*

Quando quer entrar na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Tiradentes (MG), o Congado Nossa Senhora do Rosário e Escrava Anastácia precisa encaminhar um ofício à paróquia local. E isso só foi possível depois da intervenção do Ministério Público Federal, em 2022.

Dois anos antes, o grupo havia sido proibido de acessar a igreja quando quisesse porque a diocese tinha considerado a imagem de Anastácia impressa na bandeira do congado uma profanação.

A escrava Anastácia era uma mulher que usava uma mordaca de ferro que lhe foi imposta como punição por não manter relações sexuais com o seu senhor e que acabou se tornando um símbolo da luta contra a escravidão no período do Brasil Colônia. Embora seja tratada pelos negros como uma figura sagrada, não é reconhecida pela Igreja Católica.

Incomodado com a necessidade de sempre pedir autorização para fazer a incursão pelo templo católico, Claudinei Matias do Nascimento, o Mestre Prego, 52 anos, capitão do congado de Tiradentes, fundado em 2011, diz que agora o grupo só ingressa na igreja no período do festejo oficial da manifestação, que acontece em junho.

“A importância de entrar na igreja é que não tem como desvinculá-la das manifestações de matriz africana”, afirma Mestre Prego. O congado foi criado dentro das irmandades negras católicas e remonta, no Brasil, ao século XVII.

Embora sua prática nas igrejas devotadas a santos negros, como a Nossa Senhora do Rosário, seja uma tradição centenária, ela sempre foi marcada por tentativas de proibição.

O trabalho de Mestre Prego na luta contra o apagamento e a preservação da memória negra foi destaque na programação da 14ª edição do Festival Artes Vertentes, realizada no mês passado em Tiradentes. O evento girou em torno de reflexões sobre as influências da diáspora africana em manifestações culturais como música, literatura, teatro, cinema e artes visuais.

Parte da comunidade busca hoje a inclusão dos territórios negros nas rotas turísticas das cidades surgidas no Ciclo do Ouro



Durante o festival, o Congado Nossa Senhora do Rosário e Escrava Anastácia fez um cortejo pelas ruas da cidade e, além disso, foi tema de uma exposição que reuniu imagens do grupo e vídeos com relatos sobre a manifestação.

Em dois debates do festival, Mestre Prego contou a história do congado e relatou as dificuldades de mantê-lo na cidade histórica emergida no Ciclo do Ouro e um dos principais centros escravagistas do século XVIII em Minas Gerais.

Mestre Prego chegou em Tiradentes, em 2008, para trabalhar como pe-



dreiro. Ele veio do município próximo de Barroso (MG), onde, por influência da família, participava do congado local desde os 6 anos.

Ao chegar à cidade histórica, ele espantou-se com o fato de não encontrar nenhuma manifestação afro-brasileira. “Nem a capoeira, que é a mais básica, tinha”, diz, resumindo a indignação que o fez fundar o Congado Nossa Senhora do Rosário.

“Ninguém está interessado em coisa de preto. Infelizmente, o que eles puderem apagar da história, vão apagar”, diz ele. Mestre Prego é também artesão

e faz objetos de decoração com cabaça, bambu e cipó, que são vendidos em alguns lugares da cidade.

O mestre sonha montar o museu do negro em Tiradentes para retratar como era a vida de seus “irmãos” no período colonial. Foram, afinal de contas, os negros escravizados os responsáveis por erguer o patrimônio arquitetônico ali presente.

Ele luta ainda pelo reconhecimento de uma área descampada, fora do centro histórico da cidade, onde corpos de negros e índios foram ocultados durante a escravidão. “Isso é uma missão que te-

Tensões. O grupo Nossa Senhora do Rosário e Escrava Anastácia, criado por Mestre Prego (ao centro) chegou a ser proibido de entrar na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

nho em Tiradentes. Alguém tem de lembrar o que esse pessoal passou aqui.”

Para Patrick Arley, antropólogo e fotógrafo com extenso acervo de manifestações afro-brasileiras em Minas Gerais, Mestre Prego faz um trabalho quase arqueológico, uma vez que, além de brigar para manter vivo o congado, ele busca resgatar aquilo que foi apagado. “Ele levanta várias coisas soterradas de práticas racistas em torno das cidades históricas”, informa.

Esse trabalho, na visão de Arley, contribui para trazer à luz uma série de tensões que, em geral, passam despercebidas pelos turistas e mesmo pelos moradores da cidade histórica. Dentre essas tensões estão, justamente, os ataques às manifestações religiosas de matriz africana.

A busca pela inclusão do território negro nas rotas turísticas de Tiradentes mobiliza hoje parte da comunidade local.

Aline Garcia, nascida na cidade, dona de uma pousada e gestora cultural, é uma das integrantes desse movimento. Recentemente, ao lado de Mestre Prego, ela participou da criação de um roteiro turístico que passava pelos caminhos percorridos por pessoas escravizadas.

Mestre Prego, por meio do congado e da busca por contar outras versões da história da cidade, acaba por expor as marcas do racismo ainda presentes no celebrado conjunto arquitetônico colonial de Tiradentes. •

**O jornalista viajou a convite do Festival Artes Vertentes.*

Até formigas eles comeram

LIVROS *Rio dos Deuses* narra, em clima de espionagem e aventura, a expedição que, partiu em busca da nascente do Rio Nilo

POR EDUARDO MAGOSSÍ

Aventuras, florestas inexploradas, rios perigosos, ataques de selvagens, varíola, cólera, espionagem e traições, tudo isso em um mesmo pacote. Não se trata de um filme ou série de ação e suspense, mas do livro *Rio dos Deuses*, da jornalista Candice Millard, que narra a história real da disputada busca pela nascente do Rio Nilo, na África.

As pirâmides do Egito sempre fascinaram os europeus, mas a intervenção de Napoleão Bonaparte na região com suas tropas, em 1798, para bloquear o caminho terrestre dos britânicos para as Índias e enfraquecê-los comercialmente acabou elevando esse encantamento.

Com Bonaparte veio uma leva de estudiosos para mapear a cultura milenar dos egípcios, que fizeram várias descobertas, entre elas, a Pedra da Roseta, chave para a decifração da antiga escrita dos faraós, os hieróglifos.

Derrotado três anos depois pelos ingleses, Bonaparte foge do Egito e a Pedra da Roseta acaba no Museu Britânico, onde os hieróglifos foram finalmente decifrados, em 1822, por Jean-François Champollion, abrindo as portas para mais de 3 mil anos de história.

A descoberta provocou um frenesi e

um interesse por tudo que era egípcio e oriental que durou décadas, indo da arquitetura às artes, da ciência aos mitos que ainda vivem na cultura popular. Diante disso, expedições foram criadas para explorar o Egito, financiadas com o dinheiro de aristocratas vitorianas sedentos por desenterrar o passado.

Rio dos Deuses narra uma dessas expedições, organizada pela Real Sociedade Geográfica Britânica e realizada em 1856. O objetivo do grupo era resolver um

dos maiores enigmas da época: encontrar a nascente do longo e imenso Nilo.

Tinha havido, anteriormente, várias tentativas frustradas de se seguir o rio a partir de seu delta. Montou-se então um plano alternativo: uma nova expedição desembarcaria na costa leste da África, abaixo da linha do Equador, e se embrenharia nas florestas.

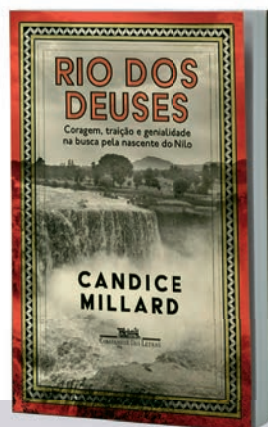
No comando da empreitada, o soldado condecorado, espião, exímio linguista e aventureiro Richard Burton, conhecido por suas jornadas quase suicidas.

Burton foi o primeiro inglês a entrar em Meca disfarçado de árabe e o responsável por escandalizar os vitorianos com traduções do *Kama Sutra* e das *Mil e Uma Noites*. A acompanhá-lo estava o geógrafo aristocrata John Speke, mais interessado na fauna selvagem que no Nilo.

Pesquisadora detalhista, Candice Millard, que já foi jornalista da *National Geographic*, foca na relação entre Burton e Speke, mas destaca, com razão, o papel fundamental do guia Sidi Mubarak Bombay, um ex-escravizado cujo conhecimento íntimo das tribos e do terreno provou ser indispensável para a missão. Ele era, segundo Burton, a “joia do grupo”.

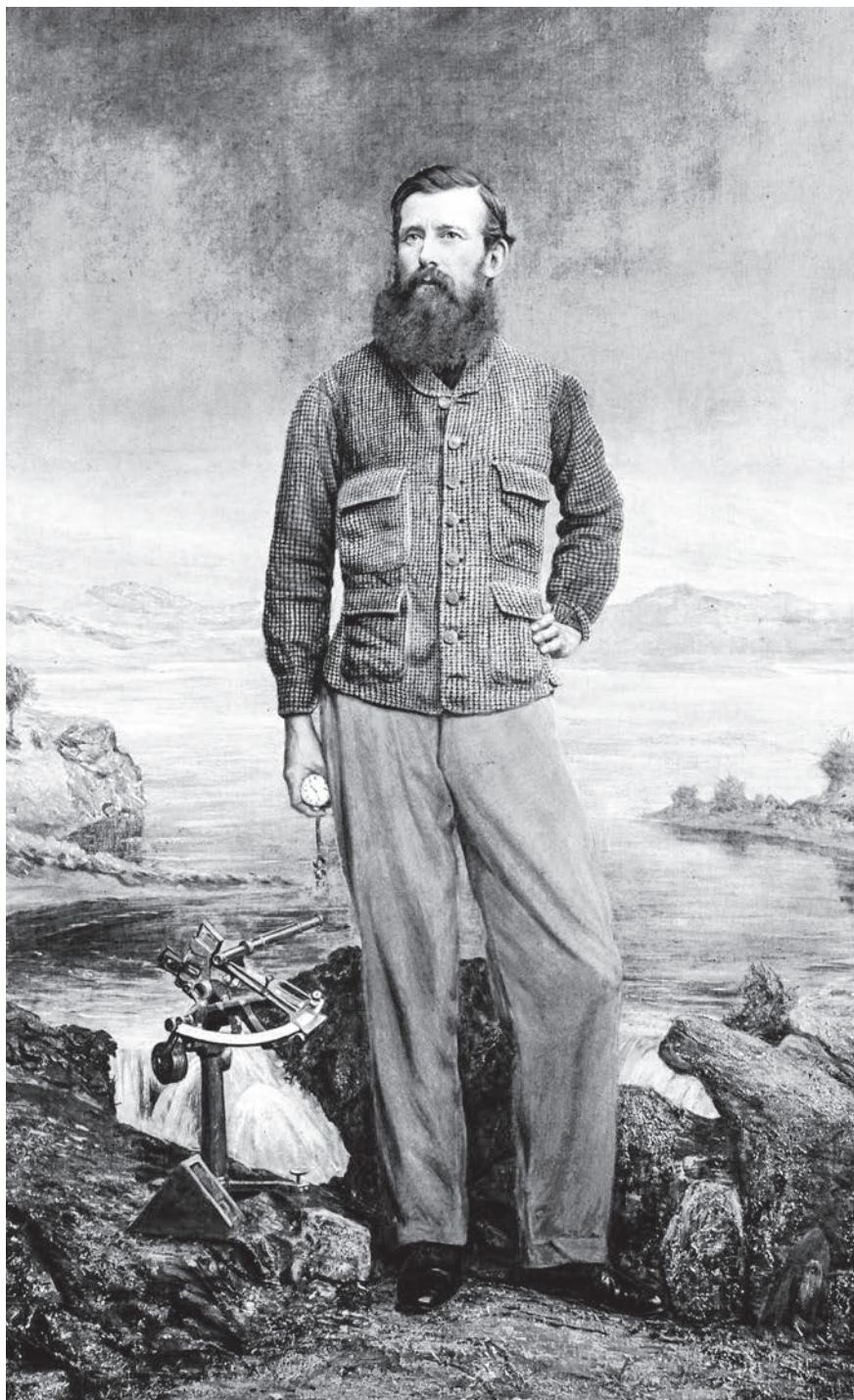
De perfis opostos, Burton e Speke permaneceram unidos apenas pelas dificuldades enfrentadas. Calor insuportável, fome, deserção em massa de ajudantes, ameaças dos povos locais e doenças tropicais, que provocaram, entre outras coisas, cegueira, surdez e paralisia temporárias, perduraram durante toda a viagem.

Até formigas entraram no menu para que eles não morressem de fome. No fim, os dois terminaram a expedição como inimigos mortais. O motivo? Uma traição que definiu a vida, a morte e o legado dos envolvidos. Em *Rio dos Deuses*, a tensão é mantida até a última linha. •



RIO DOS DEUSES

Candice Millard. Tradução: Pedro Maia Soares. Companhia das Letras (352 págs., 109,90 reais)



Rumo à África. À frente da missão realizada pela Real Sociedade Geográfica Britânica, em 1856, estava o soldado, espião e linguista Richard Burton

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



O título **Estranhos no Cais** (Todavia, 88 págs., 64,90 reais) é revelador dos ensaios deste livro de Tash Aw. Nascido em Taiwan, filho de malaio e neto de chineses, o autor foi estudar em Cambridge e acabou por ficar na Europa. Não à toa, as questões de identidade lhe são tão caras.



Vencedor do Booker Prize de 2023, o romance **A Canção do Profeta** (DBA, 537 págs., 88,90 reais), de Paul Lynch, imagina um futuro nada distante, na Irlanda, em que um governo extremamente autoritário transforma a vida dos cidadãos em um pesadelo do qual não se pode sair.



O Arroz da Palma (Record, 368 págs., 129,90 reais), de Francisco Azevedo, lançado há 17 anos, ganha uma edição comemorativa cuja capa imita, em relevo, os azulejos portugueses. O protagonista é um imigrante português que narra, em tom de memória, a saga da família no Brasil.

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Expectativa em campo

► **Agora que restam apenas dez rodadas para a definição do Brasileirão, começa a briga de foice entre os dois times líderes na tabela**

A partida entre Flamengo e Palmeiras, no domingo 19, era aguardada com aquela expectativa de final antecipada. E, como já era de se esperar, não tinha como terminar diferente: qualquer que fosse o resultado, as acusações de arbitragem eram favas contadas.

O jogo no Maracanã apontava a possibilidade de ser uma final de fato, especialmente se o Palmeiras saísse vencedor, ou seja, a desconfiança estava no ar desde o apito inicial.

O placar final, com a vitória do Flamengo por 3 a 2, mostrou um duelo de altíssimo nível entre os dois principais candidatos à taça do Brasileirão 2025.

Infelizmente, o que era para ser um espetáculo vibrante acabou ficando em segundo plano, ofuscado pelas críticas de parte a parte.

O problema maior nisso tudo é a recorrência desses fatos. Sem que a gente perceba, essa situação vai, aos poucos, minando a confiança do torcedor.

Vale repetir o alerta do atento e saudoso João Saldanha, que dizia que, por puro descuido ou descaso, os “cartolas acabariam matando a galinha dos ovos de ouro” do nosso futebol.

A consequência é que, desconfiados de estar fazendo papel de “bobos da corte”,

os torcedores podem ir se afastando dos estádios e saindo da frente da televisão.

Isso sem falar no alto custo de uma ida ao estádio e, o que é pior, as manifestações de violência que cercam as rodadas, dentro e fora de campo.

Mudando o foco, na rodada anterior, outros dois jogos também chamaram atenção.

O Santos, que vinha se recuperando sob a orientação serena do tranquilo Juan Pablo Vojvoda, perdeu em casa para o Vitória da Bahia – que vem fugindo das últimas colocações – por pura instabilidade emocional.

No caso do Fortaleza, não custa nos perguntarmos o que pode ter sucedido com o time. A equipe desandou de uma hora para outra de maneira radical, depois de um período brilhante que previa estabilidade. Será confusão na política interna do tricolor cearense?

Na segunda-feira 20 também teve jogo à noite, e o Vasco arrancou uma vitória importantíssima sobre o Fluminense. Com isso, o Vascão deixou de ser mais um ameaçado e passou a incomodar os times que disputam competições mais valorizadas, como a Libertadores, e por aí vai.

A vitória categórica fez o time de São Januário atravessar uma fronteira: passou de ameaçado a ser reconhecido como pretendente a aspirações maiores, não só pelos pontos em sequência, mas pelo bom futebol que vem apresentando.

Enquanto isso, o Mirassol, que não surpreende mais ninguém, vai se tornando o principal “penetra” na festa dos grandalhões.

Vale a pena acompanhar o belo e consistente trabalho do “caçulinha”, que acabou se desgarrando da campanha do Novo Ho-

rizontino, que vinha no mesmo caminho.

Um torcedor, inconformado com a movimentação de tantos estrangeiros nos clubes brasileiros, observou que o time do Mirassol não teria nenhum “importado”.

De vez em quando, volta e meia, se discute a convocação de um maior número de jogadores atuando no Brasil para a Seleção.

Estranho mesmo é a Seleção Brasileira apresentar jogadores completamente desconhecidos dos torcedores, e a carência de craques consagrados em posições fundamentais, como no meio de campo e entre os goleadores de ofício.

Entre os jogadores, a proximidade da Copa do Mundo causa motivação em alguns. É o caso de Pedro, do Flamengo, que vem abrindo caminho, e do jovem Rayan, que está sendo incentivado pelo técnico vascaíno, que defende uma oportunidade para o garoto.

Fernando Diniz, em seu admirável empenho de fazer os times que dirige seguirem a tradição histórica do futebol brasileiro, aposta numa breve convocação da revelação vascaína, que vem, a cada jogo, correspondendo às expectativas.

Ainda sobre os craques deste momento, continua se sobressaindo o rubro-negro Arrascaeta.

Ele tem um futebol clássico, lúcido, e joga com impressionante leveza em tempos de predomínio da força. Além de tudo, ainda é o atual artilheiro do Flamengo.

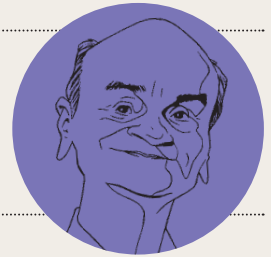
Agora, restam dez rodadas para a definição. Vai ser briga de foice entre os dois times que lideram o Brasileirão com folga.

Enquanto a bola rola, seguem as disputas no vôlei masculino e feminino e o Mundial de Ginástica Artística, com sua beleza emocionante. •

redacao@cartacapital.com.br

DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000



O fim da bariátrica?

► **A primeira geração de drogas capazes de provocar perdas expressivas de peso significou uma revolução no tratamento da obesidade**

Nos últimos anos, aprendemos muito com as cirurgias bariátricas. Não só sobre os efeitos mecânicos da redução de estômago, como também dos mecanismos moleculares envolvidos no equilíbrio entre fome e saciedade.

Com pequenas variações, existem duas técnicas mais empregadas nessas operações: a de restrição do volume gástrico e a de restrição acompanhada de desvio do trânsito intestinal.

A primeira forma emprega a técnica Sleeve ou Gastrectomia Vertical, em que quase todo o estômago é retirado, deixando a porção remanescente com a forma de um tubo. Além da diminuição do volume gástrico, a cirurgia elimina a parte alta do estômago, responsável pela produção de grelina, hormônio ligado à fome.

A segunda é conhecida com o nome de Y-de-Roux. Também é uma técnica restritiva, mas com desvio do trânsito. Neste caso, a gastrectomia é horizontal, feita nas proximidades da junção com esôfago, de modo que o volume gástrico fique restrito a uma bolsa de 5 a 20 mL (o volume normal é de 1 litro). O estômago remanescente não é retirado, mas fica separado e isolado do trânsito.

Em seguida, o cirurgião secciona uma alça jejuno e leva a parte proxi-

mal para ligá-la à bolsa em que se transformou estômago, com a finalidade de criar um caminho alternativo para desviar o trânsito, manobra que recebe o nome de Bypass.

Um estudo randomizado recente mostrou que, depois de três anos de acompanhamento, 32% dos que foram submetidos ao Bypass Gástrico em Y-de-Roux não atingiram o objetivo de perder 50% do excesso de peso. No caso da cirurgia em Sleeve, foi pior, o mesmo objetivo só foi alcançado por 25%.

Outros estudos mostraram que, depois de sete anos da cirurgia em Y-de-Roux, 33% dos pacientes recuperaram mais de 25% dos quilos perdidos.

No caso da cirurgia em Sleeve, depois de seis anos de pós-operatório, 76% voltaram a engordar. Entre os que sofriam de diabetes do tipo 2, a metade não conseguiu atingir a meta de normalizar a hemoglobina glicada (exame que dá o valor médio da glicemia nos últimos três meses), e apenas 62% conseguiram manter a glicemia sem precisar de medicamentos.

Embora seja possível reoperar os que responderam mal à cirurgia prévia, os riscos aumentam, os períodos pós-operatórios são mais prolongados e os custos, mais altos.

Essas dificuldades abriram espaço para associar à bariátrica, nos casos em que a cirurgia não gerou os resultados esperados, os medicamentos contra a obesidade desenvolvidos nos últimos anos.

Os análogos do GLP-1 e do GIP despertaram grande interesse porque são drogas bem toleradas, capazes de provocar perdas de 15% a 20% do peso corpóreo e aumentam as chances de controlar a glicemia dos pacientes com diabetes.

As perdas expressivas de peso associa-

das a drogas como a semaglutida, a tirzepatida e a liraglutida nos fazem pensar: será o fim das cirurgias bariátricas?

Ainda é cedo. O tratamento medicamentoso é caro e precisa ser mantido, porque o peso começa a voltar aos valores iniciais assim que o medicamento é interrompido. Manter a aderência de drogas tão caras por anos consecutivos é tarefa inglória.

Como até agora não tivemos um estudo randomizado que permitisse a comparação dos resultados obtidos com a cirurgia bariátrica e com medicação, os especialistas têm adotado condutas variáveis:

1. Cirurgia bariátrica de início, seguida de tratamento medicamentoso para os que não tiveram perdas significativas ou para os que recuperaram o peso perdido.
2. Medicamentos de início, seguidos pela bariátrica nos que não emagreceram ou não conseguiram aderir à medicação.
3. Associação de bariátrica com a medicação logo de início, estratégia que alguns especialistas reservam para os casos de obesidade mais grave.

Considerar a obesidade um problema daqueles que comem muito e não fazem exercícios é ignorância. Os mecanismos de fome e saciedade sofrem tantas influências genéticas, familiares, ambientais e culturais, e são tão complexos, que não podem ser reduzidos a questões de disciplina e de força de vontade.

Estamos vivendo uma revolução nessa área da medicina, causada pela possibilidade de cirurgia e de uma primeira geração de drogas que provocam perdas expressivas de peso. As próximas gerações de medicamentos que virão talvez nos façam lembrar da cirurgia bariátrica como coisa do passado. •

redacao@cartacapital.com.br



POLÍTICA NA VEIA



Política na Veia é o podcast semanal de política da CartaCapital. A cada semana, Sergio Lirio (CartaCapital), Claudio Couto (*Fora da Política não há Salvação*) e Luis Nassif (GGN) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.



**Claudio
Couto**

**Sergio
Lirio**

**Luis
Nassif**

SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA **POLÍTICA NA VEIA**

TODA QUARTA-FEIRA,
NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.



Carta

ines249

SEU **BANK**
PODE SER
MAIS **WILL**

